

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS**

RAQUEL LIMA CARVALHO

**A (DES)CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO TWITTER:
as múltiplas narrativas do golpe**

SÃO PAULO

2023

RAQUEL LIMA CARVALHO

**A (DES)CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO TWITTER:
as múltiplas narrativas do golpe**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas ao Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias

SÃO PAULO

2023

RAQUEL LIMA CARVALHO

**A (DES)CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO TWITTER:
as múltiplas narrativas do golpe**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas ao Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Data de aprovação: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias

Membro Titular

Membro Titular

Local: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Raquel Lima

A (DES)CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO TWITTER: as múltiplas narrativas do golpe / Raquel Lima Carvalho; orientador, Luiz Alberto Beserra de Farias; coorientador, Sushila Claro. - São Paulo, 2023.
75 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.
Bibliografia

1. Opinião pública; Redes sociais; Twitter;
Narrativas; . I. Beserra de Farias, Luiz Alberto. II.
Título.

659.2

CDD 21.ed. -

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

A todos que compartilham comigo o sonho de um Brasil mais justo, solidário e democrático.

A minha mãe, Francisca, que dedicou sua vida à minha; ao meu irmão Lucas, pelos sonhos que ainda vamos realizar; e ao meu pai, Eduardo, pelas melhores memórias da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao pai Oxalá, por moverem minha vida conforme à sua vontade, guiando, protegendo e sendo a fonte de todas as minhas forças.

A todos os meus Orixás e guias espirituais, que são os guardiões do meu caminho, me protegendo, orientando e livrando de tudo aquilo que possa me fazer mal. Especialmente a senhora dos ventos e das tempestades, dona do meu Ori e da minha força – Eparrey Oyá!

Sou filha de fé e tenho em mim mais de muitos: nunca estive e nunca estarei só.

A minha mãe, Francisca, por ter abdicado da sua vida para cuidar de mim e do meu irmão; você é a razão que me move e me motiva a ser melhor. Tudo que eu conquisto é por você e para você. Ao meu pai, Eduardo, cuja passagem neste plano foi mais breve do que eu gostaria: obrigada por ter edificado a base dos meus valores e do meu caráter; por ter me proporcionado uma infância feliz, repleta das melhores memórias da minha vida. Dedico todas as minhas conquistas a você! Espero que esteja orgulhoso da sua princesa. Ao meu irmão, Lucas, por ter crescido comigo, compartilhando as alegrias e dificuldades da vida. A todos os meus familiares e parentes, que estiveram ao meu lado em todos os momentos. Amo-vos incondicionalmente.

As minhas melhores amigas, Giulia Brandli e Ana Luiza Rosa, por serem minhas confidentes, companheiras, amigas e irmãs de alma nesta vida. Serei eternamente grata a ECA e ao universo por ter colocado vocês no meu caminho. Ansiosa por todos os momentos que ainda compartilharemos juntas. Amo vocês com todo meu coração.

Ao meu amigo Gabriel Toledo, por todas as suas contribuições neste e em todos os meus trabalhos da graduação; por compartilhar comigo desde memes da Tulla Luana até visões de mundo e experiências profissionais. Te admiro e estarei sempre na primeira fileira aplaudindo suas conquistas, que ainda serão muitas. Amo você.

Aos RP19s, responsáveis por eternizar as memórias do meu ano de bixete como as mais mágicas de toda a minha graduação. Sou eternamente grata por tudo que passamos juntos, desde às aulas e trabalhos da graduação, até a vivência ecana, que nunca mais foi a mesma sem vocês. Pelos jogos universitários, festas e qibs, pelas tardes jogando pebolim na vivência, pelas disputas de flip cup e noites na Pizzaria Europa – por absolutamente tudo que vivemos nos últimos cinco anos. As lembranças deste tempo me acompanharão pela eternidade. Amanda, Mafe, Nath, Battel, Ju Perillo, Ludmilla, Leo Mizok, Dani, Gi Rocha,

Giovani, Lari Barbosa, Mari Togni, Davi Bastos e todos os outros que fizeram parte dessa história de amor. Sigo torcendo e amando cada um de vocês, independente dos caminhos que tracemos daqui em diante.

Aquelas que entraram na minha vida aos 45 do segundo tempo e foram capazes de dar um novo sentido à vivência eana, sendo protagonistas das minhas mais felizes memórias do último ano. Rafaela, Morena, Tita, Nathalia, Gabriela, Vanessa e Mari, obrigada por me acolherem quando eu estava perdida; por compartilharem das minhas loucuras, secarem minhas lágrimas e me mostrarem que a ECA nunca deixou de ser minha casa. A vida voltou a ser colorida desde que vocês chegaram e agora, sei que não importa o que me aconteça, tudo será mais fácil porque tenho vocês. Amo cada uma com todo o coração.

A Universidade de São Paulo e a Escola de Comunicação de Artes, pelos melhores anos da minha vida. Ao meu professor e orientador Luiz Alberto Farias, por ter contribuído de forma imensurável para minha formação pessoal, profissional e acadêmica.

Por fim, a mim mesma, que persistiu arduamente do cursinho até o fim da graduação, apostando tudo no sonho de se formar na maior Universidade da América Latina. Valeu a pena: nós conseguimos.

Ao ódio, responderemos com amor:

À mentira, com a verdade.

*Ao terror e à violência, com a Lei e suas mais duras
consequências.*

Sob os ventos da redemocratização, dizíamos:

ditadura nunca mais!

*Hoje, depois do terrível desafio que superamos,
devemos dizer: **democracia para sempre!***

RESUMO

CARVALHO, Raquel Lima. **A (DES)CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO TWITTER: as múltiplas narrativas do golpe**. 2023. 75f. Dissertação (Bacharelado em Relações Públicas) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023

Este trabalho propõe analisar a formação da opinião pública na era da modernidade tecnológica, de forma a apreender os meandros que esse fenômeno adquiriu na atual configuração dos ambientes midiáticos e digitais. Para tal, apresenta-se uma pesquisa exploratória qualitativa que apura como as interações sociais realizadas por meio do Twitter constroem narrativas e atribuem significados distintos para a invasão bolsonarista à Praça dos Três Poderes, no dia 08 de janeiro de 2023. Formado por 8 capítulos, oferece-se uma revisão bibliográfica das principais teorias de opinião pública, resgatando a evolução histórica do conceito desde a Grécia Antiga até os dias de hoje. Em seguida, são apresentadas as principais reflexões sobre a concepção de uma esfera pública digital e a sociedade da informação. Junto a essas teorias, usa-se a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (1977) para interpretar os resultados da pesquisa exploratória, que capturou um corpus de pesquisa de 260 tweets. No último capítulo, são apresentadas as reflexões finais que correlacionam os insights do estudo aos objetivos da investigação.

Palavras-chave: Opinião pública; Twitter; Narrativas;

ABSTRACT

CARVALHO, Raquel Lima. **A (DES)CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO TWITTER: as múltiplas narrativas do golpe.** 2023. 75f. Dissertação (Bacharelado em Relações Públicas) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023

This paper aims to analyze the formation of public opinion in the era of technological modernity, in order to grasp the intricacies that this phenomenon has acquired in the current configuration of media and digital environments. To this end, a qualitative exploratory research is presented, investigating how social interactions conducted through Twitter construct narratives and attribute distinct meanings to the Bolsonaroist invasion of Praça dos Três Poderes on January 8, 2023. Composed of 8 chapters, it provides a literature review of the main theories of public opinion, tracing the historical evolution of the concept from Ancient Greece to the present day. Following that, the main reflections on the conception of a digital public sphere and the information society are presented. Alongside these theories, Bardin's Content Analysis methodology (1977) is employed to interpret the results of the exploratory research, which captured a research corpus of 260 tweets. In the final chapter, the concluding reflections are presented, correlating the insights of the study with the research objectives.

Keywords: Public opinion; Twitter; Narratives;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Invasão bolsonarista ao palácio do Congresso Nacional.....	35
Figura 2 - Estrago patrimonial no prédio do Congresso Nacional.....	36
Figura 3 - Tweet 38.....	47
Figura 4 - Tweet 87.....	48
Figura 5 - Tweet 230.....	48
Figura 6 - Tweet 216.....	49
Figura 7 - Tweet 139.....	49
Figura 8 - Tweet 73.....	50
Figura 9 - Tweet 134.....	50
Figura 10 - Tweet 57.....	50
Figura 11 - Tweet 103.....	51
Figura 12 - Tweet 11.....	51
Figura 13 - Tweet 42.....	52
Figura 14 - Tweet 241.....	52
Figura 15 - Tweet 53.....	54
Figura 16 - Tweet 145.....	54
Figura 17 - Tweet 172.....	54
Figura 18 - Tweet 260.....	55
Figura 19 - Tweet 65.....	55
Figura 20 - Tweet 119.....	56
Figura 21 - Tweet 97.....	57
Figura 22 - Tweet 185.....	57
Figura 23 - Tweet 237.....	57
Figura 24 - Tweet 10.....	58
Figura 25 - Tweet 91.....	59
Figura 26 - Tweet 34.....	59
Figura 27 - Tweet 252.....	60
Figura 28 - Tweet 207.....	60
Figura 29 - Tweet 80.....	60

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Enumeração dos indicadores.....	44
Quadro 2 - Indicadores presentes em cada categoria	46

APÊNDICES

Apêndice 1 - Amostra - Análise de conteúdo.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OPINIÃO PÚBLICA.....	13
2.1 A ORIGEM DO CONCEITO DE OPINIÃO.....	13
2.2 RESGATE TEÓRICO DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA.....	14
2.3 A OPINIÃO PÚBLICA NAS REDES.....	18
3 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	20
3.1 UMA NOVA ESFERA PÚBLICA.....	20
3.2 INTERNET E CIBERCULTURA.....	21
3.3 FAKE NEWS E PÓS-VERDADE.....	23
4 O PASSÁRO AZUL.....	25
4.1 NINHO DA INTERNET: A ORIGEM DO TWITTER.....	25
4.2 A REVOADA DOS PÁSSAROS: A DINÂMICA DO TWITTER.....	27
4.2.1 Timeline: a ágora digital.....	27
4.2.2 Retweet: a voz do outro.....	28
4.2.3 Trending Topics: sobre o que o mundo está falando?.....	28
4.2.4 Hashtags: o símbolo da rede.....	28
4.2.5 Busca: pesquisas e filtros.....	29
4.3 O PODER DO BANDO: A POLÍTICA NO TWITTER.....	29
5 POLÍTICA BRASILEIRA.....	32
5.1 DE BOLSONARO A LULA 3: CONTEXTO RECENTE.....	32
5.2 08 DE JANEIRO 2023: ATAQUE A DEMOCRACIA.....	34
5.3 DEMOCRACIA EM VERTIGEM: INSURREIÇÃO NEOFASCISTA.....	36
5.3.1 Os limites da liberdade: manifestação ou terrorismo?.....	38
6 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	39
6.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA.....	39
6.2 METODOLOGIA.....	40
6.3 CORPUS DE PESQUISA.....	41

7 ANÁLISE DE CONTEUDO.....	42
7.1 PRÉ-ANÁLISE.....	42
7.2 ANÁLISE DO MATERIAL.....	44
7.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	46
7.3.1 Narrativa pró-atos.....	47
7.3.2 Narrativa patriota.....	53
7.3.3. Narrativa da oposição.....	56
7.3.4 Narrativa dos contrariados.....	59
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

“A opinião pública nem sempre têm capacidade de revelar a verdade, mas é a fonte a que todos recorrem quando desejam encontrar referência para as verdades que pretendem afirmar. Sendo mais do que uma simples fonte de controvérsias e menos do que um modo de comprovação da verdade”¹

A discussão sobre opinião pública começa no momento em que nos apercebemos como parte de uma sociedade na qual as disputas por poder, por sentido, por espaço e por voz são parte essencial dos rituais existentes nos mais distintos modelos de convivência (FARIAS, 2019). Com o advento das tecnologias de informação e as redes sociais, essas disputas ganharam ainda mais força, caracterizando um panorama de tensões simbólicas que influenciam os movimentos da sociedade a todo tempo.

Diante de uma nova dinâmica nas relações comunicacionais, que agora emergem na rede e por meio dela passam a ser vistas como resultado da interdependência de agentes humanos e não-humanos (DI FELICE, 2017), é necessário dar luz aos fenômenos que vão além dos esquemas opinativos tradicionais e antropocêntricos da esfera pública. Nessa perspectiva, este trabalho propõe analisar a formação da opinião pública na era da modernidade tecnológica, passando pela inevitável apreensão dos meandros que esse fenômeno adquiriu na atual configuração dos ambientes midiáticos e digitais.

Para fazer jus à este propósito, esta tese busca pensar o tema da (des)construção da opinião pública sob o prisma das redes sociais, explorando como as interações sociais realizadas por meio do Twitter constroem narrativas e atribuem significados distintos para a invasão bolsonarista à Praça dos Três Poderes, no dia 08 de janeiro de 2023. A ideia é compreender as novas dinâmicas de formação da opinião dadas em meio ao embate dos fatos do cotidiano, em uma guerra de narrativas e discursos antagônicos. Os objetivos específicos deste trabalho são, respectivamente:

- 1) entender de que modo as interações desenvolvidas sob a mediação do Twitter produzem e difundem narrativas diversas sobre um mesmo acontecimento político;
- 2) analisar o que é possível observar sociologicamente em relação às dinâmicas e características discursivas das interações realizadas no Twitter;
- 3) depreender como cada versão da “verdade” é referendada como sendo informativa, processo que contribui para a disseminação de notícias falsas.

¹ (MATHEUS, 2011, p. 16)

Formado por 8 capítulos, este trabalho abre suas reflexões oferecendo uma revisão bibliográfica das principais teorias de opinião pública, resgatando a evolução histórica do conceito desde a Grécia Antiga até sua inédita e ainda subexplorada definição na era da tecnologia de informação. Em seguida, são apresentados os alicerces teóricos que permitem compreender a concepção de uma nova esfera pública digital e seus desdobramentos na sociedade da informação. A partir da ideia de cibercultura, também são discutidos a noção de pós-verdade e o fenômeno das fake news, entendidos como nocivos efeitos de uma sociedade obesa de informação e faminta de significado e sentido (FARIAS, 2019).

Depois da contextualização teórica, o terceiro capítulo caracteriza o objeto de estudo deste trabalho ao trazer informações sobre o Twitter, desde o lançamento e origem da rede até sua popularização no Brasil e no mundo. Também descreve as funcionalidades e características próprias do pássaro azul, dispondo-as à serviço de olhares acadêmicos e pesquisadores do tema, que oferecem reflexões sobre as práticas discursivas e o *modus operandi* dos usuários da rede.

No quarto capítulo, dedicado ao recorte temático desta investigação, oferece-se uma análise dos acontecimentos recentes da política brasileira, fazendo uma breve retrospectiva que dá visibilidade à cronologia dos fenômenos ligados à invasão bolsonarista à Praça dos Três Poderes, ocorridos em janeiro de 2023. Por fim, no quinto capítulo, são postas as bases metodológicas que fundamentaram a análise desta pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, uma vez que pretende trabalhar “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO 2007, p. 24) e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade.

O sexto e penúltimo capítulo conta com a apresentação da análise do *corpus de pesquisa*, constituído por 260 tweets publicados dentro do recorte temporal pré-estabelecido – o dia 08 de janeiro de 2023. É apresentada a construção das categorias de análise a partir das referências bibliográficas e a metodologia de Bardin, além de exemplos que ilustram e corroboram os insights levantados. Por fim, oferece-se reflexões com base nos resultados da pesquisa, a partir dos referenciais teóricos e documentais expostos ao longo do trabalho.

2. OPINIÃO PÚBLICA

2.1 A ORIGEM DO CONCEITO DE OPINIÃO

Já há muito tempo se fala em opinião. As primeiras reflexões sobre o termo datam a época da Grécia Antiga, quando a filosofia de Parmênides criou o conceito de *doxa*, do grego *δόξα*: aquela que é contrária ao conhecimento epistêmico, verdadeiro, que expressa particularidades ligadas às percepções individuais dos sujeitos. Desde então, diversas foram as concepções atribuídas à opinião, comumente associada à ação de atribuir juízo de valor, em caráter de verdade ou falsidade, a determinada asserção – sem que esta se faça acompanhar de certeza.

Na França do século XVII, o conceito ganhou espaço nos dicionários como afirmação ancorada em estereótipos, preconceito e sentimentos; alicerçada na deliberação e na razão (CHAMPAGNE, 1998). Para Bobbio (1986, p. 842), a opinião considerada isoladamente, simplesmente não possui definição. É sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância. De acordo com o autor, a opinião individual expressa “mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos.”

Berger (1957), por sua vez, faz uma descrição psicológica do fenômeno; diz ele que, em primeiro lugar, a opinião é consciente e exprime um juízo que tende a afirmar-se. Em segundo lugar, carrega em si uma intenção de racionalidade, na medida em que quer ser objetiva e quer justificar-se. Por fim, destaca seu aspecto “apaixonante” – a opinião sempre se situa no plano emocional e no da crença. Nesta mesma abordagem, Lane (1966) defende que toda opinião carrega consigo certa qualidade afetiva ou emocional, conducente à aprovação ou desaprovação de alguma coisa. Para ele, deve ser entendida como uma direção, na qual os padrões individuais da personalidade e cultura produzem disposições gerais a determinados posicionamentos, que independem do conteúdo da questão.

Dada as múltiplas definições do termo, pode-se depreender que a opinião é resultado do olhar assentado sobre determinado fato, e embora seja um movimento constante, influenciado por fatores culturais, políticos e econômicos, é determinado essencialmente pela capacidade que cada um tem em enxergar no fato a sua própria verdade (FARIAS, 2019). Dessa ideia, é possível entender como a construção da realidade pode variar conforme a disposição do indivíduo em enxergar além de suas lentes pessoais e sociais, as quais filtram a conveniência e o interesse de cada qual, de forma que enxerguem aspectos e espectros mais convenientes a si. Assim sendo, na maioria das vezes, as opiniões mais representam as

crenças e ideologias do indivíduo do que observações fidedignas da realidade. Segundo Lippmann:

“Cada um de nós vive e trabalha numa pequena parte da superfície da Terra, move-se num pequeno círculo, e destas coisas familiares conhece somente algumas intimamente. Das ocorrências públicas que têm largos efeitos vemos, na melhor das hipóteses, somente uma fase e um aspecto. Isso é tão verdade para os eminentes bem-informados que rascunham tratados, fazem as leis e dão ordens, como para aqueles para os quais os tratados foram estabelecidos, para quem as leis foram promulgadas, e as ordens foram dadas. Inevitavelmente nossas opiniões cobrem um largo espectro, um longo período de tempo, um número maior de coisas que podemos diretamente observar. Elas têm, portanto, que ser formadas de pedaços juntados do que outros nos relataram e do que podemos imaginar.” (LIPPMAN, W., 2008, p. 83)

Desta forma, conceber a ideia de que opiniões podem ser integralmente individuais passa a ser questionável. A rigor, toda opinião, quando adentra a esfera pública, passa a externar algo que decorre da relação daquele cidadão com o grupo social que pertence, bem como à época e condições históricas, políticas, sociais e econômicas do momento vivido pelo grupo. Seria, portanto, incorreto separar a opinião individual da opinião pública (MATHEUS, 2011, p. 11).

2.2 RESGATE TEÓRICO DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA

A expressão opinião pública é familiar à grande massa. De maneira informal ou formal, detida ou não de cientificidade, é lugar comum citar a opinião pública como a opinião da maioria – uma opinião majoritária, resultante de pesquisas por amostragem realizadas por institutos de estatística. Cervellini e Figueiredo (1995) esclarecem que a ideia de opinião pública de fato foi influenciada pelo surgimento das pesquisas de opinião, popularizadas na década de 30 nos EUA. Os autores explicam que, como as pesquisas retratam os aspectos mais visíveis e relevantes da opinião pública, é natural que essa associação seja feita, ainda que não ajude no esforço de conceituar algo que, afinal, existe independentemente das pesquisas.

A compreensão histórica e teórica de uma pauta costumeiramente presente nos discursos dos cidadãos esbarra na carência de organização sistemática dos estudos sobre suas origens (FERREIRA, 2015). Isso porque o termo faz parte da família de conceitos que podem ser considerados clássicos em algumas ciências e, portanto, discutido a partir de diferentes matrizes conceituais. Sobre isso, Oncken apud Lazarsfeld (1972) discorre:

O vago e o flutuante não podem ser compreendidos por estarem presos a uma fórmula; e muito menos quando é da própria característica do conceito encerrar mil possibilidades de variação. Mas depois que tudo for dito e feito, toda a gente saberá, se for o caso, o que significa opinião pública. Havendo necessidade de expressá-lo com palavras, ela só pode aparecer cercada de muitas cláusulas restritivas: a opinião pública é um complexo de pronunciamentos semelhantes de segmentos maiores ou menores da sociedade em relação a assuntos públicos (I, II); às vezes espontâneos, às vezes artificiosos manipulados (III); expressos num sem número de maneiras em clubes, assembleias, sobretudo na imprensa e nos periódicos, ou talvez apenas nos sentimentos não revelados de cada um de nós (IV); do homem comum das ruas ou de um pequeno círculo de pessoas cultas (VIII); aqui um fator de força real, que os estadistas precisam levar em conta, ou algo sem qualquer significação política (V); ou ainda algo que será avaliado de maneira diferente em diferentes países (V ou VI); às vezes unidos erguendo-se como maré contra o governo e os peritos, às vezes, divididos, ocultando tendências conflitantes (VIII); em certas ocasiões manifestando as opiniões simples e naturais do povo, em outras, as expressões grosseiras e impensadas de instintos selvagens (VI); conduzindo sempre e sendo sempre conduzidos (V, III); considerados com desdém pelos desabusados e, no entanto, obrigando os homens a revelarem suas intenções (VI, V), contagiosos como epidemia (X); caprichosos, traiçoeiros (IX); e loucos pelo poder (semelhando nisto o próprio homem) (VI); e, no entanto, apenas uma palavra com que se enfeitam os que estão no poder (V). (ONCKEN apud LAZARSELD, 1972: 111-112).

A despeito da falta de consenso e da dificuldade de se chegar a uma definição única, muitos foram os autores que se debruçaram nos estudos do conceito de opinião pública, que passou por diversas transformações ao longo do tempo. Ainda que a prioridade deste trabalho se volte para a compreensão das origens do termo em comunicação, é indispensável resgatar suas matrizes teóricas nos estudos dos filósofos da Ciência Política.

Os primeiros registros do termo são de 1750, quando Jean-Jacques Rousseau, autor de *O Contrato Social*, propôs que a soberania e as leis são decorrentes exclusivamente da vontade do povo. Nessa abordagem, questionada por outros filósofos iluministas como Locke e Hobbes, a opinião pública surge em estreita correlação com a soberania popular, as leis, os costumes e a moral: “De que maneira o governo pode controlar a moral? Eu respondo que é pela opinião pública” (ROUSSEAU, 1959, p. 67). Já para Hobbes, a opinião representava uma ameaça ao Estado aristotélico: a persuasão e a manipulação exercidas pelo monarca deveriam ser absolutas, pois o mesmo sabia o que era melhor para o povo, e por isso, suas determinações deveriam ser soberanamente aceitas (CATTO, 2008). Locke, por sua vez, aborda o conceito através do que chama de lei da opinião – relacionada ao poder, disseminado por terceiros, de pensar e julgar o outro, atribuir-lhe crédito ou lançá-lo em desgraça – conforme o que entenda por ações virtuosas ou viciosas.

Ainda na Ciência Política, durante muito tempo, a obra de Jurgen Habermas balizou os debates acadêmicos sobre o conceito de opinião pública. Para o filósofo alemão, somente a partir do século XVIII é que se pode falar em uma opinião pública no sentido moderno do

termo, uma vez que a mesma se originaria junto à esfera pública (1984), entendida como uma arena de discussão e debate público, voltada à burguesia letrada. Seu surgimento se deu nos salões, cafés e ambientes privados na Europa dos séculos XVII-XVIII, onde a burguesia se encontrava para discutir assuntos do cotidiano.

O termo público, oriundo do latim *publicus*, significa “o povo”. Segundo o historiador Kent Wright, o vocábulo vem “[...] diretamente do adjetivo latino (*publicus*) e do substantivo (*publicum*), usado para se referir ao que pertencia ao Estado, enquanto oposto ao privado [...]” (WRIGHT, 2004, p. 106). Portanto, em sua origem, o termo fazia uma distinção explícita entre a “esfera pública” e a “esfera privada”. A esfera pública seria, no entendimento de Habermas, uma espécie de intermediário entre a sociedade civil e o Estado (HABERMAS, 1989, p. 27).

Nesta perspectiva política, a opinião pública passa a representar um instrumento democrático de participação popular: “(...) a opinião pública, em primeiro lugar, é uma comunicação entre os cidadãos e seu governo e apenas secundariamente uma comunicação entre cidadãos”. (SPEIER, 1972, p.128). Segundo Speier, se o governo negar a importância da opinião dos cidadãos sobre questões públicas ou se impedir a livre e pública expressão de tais opiniões, a opinião pública não existe. Este também é o posicionamento defendido por Bourdieu, que entende a questão do uso da opinião pública como um instrumento de ação política para legitimar e reforçar as relações de força (1989) o que invalidaria sua existência. Dessa maneira, está posta a publicidade, a transparência e a divulgação dos atos oficiais como condição *sine qua non* para a existência da opinião pública. (FERREIRA, 2015).

Outro pesquisador que se atém ao definir o conceito é Tarde (1991), que entende a opinião pública como um agrupamento momentâneo de julgamentos que passam a ser reproduzidos em número em dada circunstância em um mesmo país, em uma mesma época e em uma mesma sociedade, representando a passagem de uma opinião individual para uma opinião coletiva: “a opinião está para o público (...) tal como a alma está para o corpo” (TARDE, 1991, p.58). Também destaca-se os esforços de Arendt, que entende que a opinião pública diz respeito ao todo partilhado de forma comum e involuntária:

“Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDR, 1983, p.62).

Em uma perspectiva mais contemporânea, diversos autores passaram a estudar o fenômeno da opinião pública em conjunto ao advento dos meios de comunicação de massa. Cervi (2006) enfatiza que com o advento do rádio e da televisão, a “esfera pública se amplia e se modifica em função dos interesses privados presentes no sistema, fazendo com que, a partir de então, ao invés da mídia intermediar a opinião pública, ela passe a produzir elementos para a formação de opinião” (CERVI, 2006, P. 90). Segundo Pozzobon, Bavaresco e Konzen (2009), a imprensa foi o grande propulsor da opinião pública, pois permitiu a formulação de pensamentos públicos sobre temas cotidianos e a política. A imprensa tem, de acordo com eles, o relevante papel de condensador da opinião pública, uma vez que permitiu a liberdade formal subjetiva dos cidadãos:

“Os indivíduos têm o direito de formular seu julgamento particular sobre o universal, como expressão de sua liberdade subjetiva. A opinião pública não é a verdade política absoluta, mas ela guardará, sempre, a força da impaciência, para desestabilizar toda fixidez ou passividade histórica dada, pois o que move o mundo é a contradição, e a opinião pública, ela mesmo, é uma contradição, que torna efetiva a paciência do conceito (BAVARESCO; KONZEN, 2009, p.65)

Apesar desta lógica comunicacional, não se pode delinear com precisão os papéis de cada um dos atores envolvidos no processo de construção da esfera e opinião pública. Ainda que seja determinante, a consolidação dos veículos de comunicação de massa como importantes influenciadores da opinião pública pode criar alguns equívocos, como os que entendem a opinião pública como sinônimo da opinião publicada na imprensa.

Embora este cenário eventualmente se comprove como verdadeiro, na maioria das vezes, a imprensa reflete sua própria opinião – os posicionamentos dos proprietários das empresas e dos grandes conglomerados midiáticos – construídos a partir de diversos interesses políticos, ideológicos e econômicos. Assim, vale destacar que nem toda opinião publicada é de fato correspondente à opinião pública, pois o controle sobre os meios de comunicação é fato secular – desde a Idade Média, destaca-se o controle sobre a leitura e gestão das informações, até os dias atuais, pelo controle dos jornais, revistas, rádio, TV e internet. (FARIAS, 2019).

Diante de tantas definições, é fato que não há unanimidade na academia sobre a aceção do conceito de opinião pública. O que se pode apreender é que, ao longo da história, os estudos de opinião pública foram constituídos por diferentes áreas do conhecimento, diversas matrizes conceituais e autores distintos. Nos últimos anos, o debate se tornou ainda mais complexo, uma vez que é necessário compreender os meandros que o fenômeno adquiriu

na atual configuração dos ambientes midiáticos e digitais, como uma nova fronteira a explorar no campo dos estudos da Comunicação Midiática.

2.3 A OPINIÃO PÚBLICA NAS REDES

A opinião pública se configura, reconfigura e transforma de acordo com a evolução das tecnologias (POZOBON, 2010). Segundo a autora, as revoluções comunicativas causaram transformações que possibilitaram não só uma maior interação entre usuários, mas principalmente uma colaboração de massa ancorada na “inteligência coletiva”. Surge uma nova dinâmica nas relações comunicacionais, na qual todos os cidadãos se tornam construtores da notícia.

“Rompemos aqui com a ideia de um público que não pode produzir informação e conteúdo, entendido, na melhor das hipóteses, como um consumidor consciente. O ambiente digital permite a imensa ampliação dos processos de produção, difusão e distribuição dos conteúdos [...] (POZOBON, 2010, p.13)

Assim, diante da popularização das redes e conseqüentemente dos espaços digitais, ampliaram-se as possibilidades de criação de conteúdo, e o indivíduo – até então receptor passivo da informação – passa a se tornar um produtor e difusor ativo de conteúdo.

Neste novo cenário, no entanto, engana-se quem afirma estar diante de um ambiente orgânico, que permita um tráfego livre de informações, onde todos podem dizer o que quiserem, quando quiserem e para quem quiserem. Na verdade, a ambiência digital é repleta de controles não explícitos, que determinam o que circula, de que modo e para quais públicos. Diante desse contexto, é imprescindível compreender as formas de circulação que tais mensagens operam para gerar os fenômenos de apropriação e recepção dos sujeitos no que se define como opinião pública, bem como sua alta capacidade de manipulação e transformação frente aos interesses de quem detém o controle dos mecanismos de tais formações. (FARIAS, 2019).

Para tanto, faz-se necessário analisar as questões que determinam o entendimento sobre o *modus faciendi e pensandi* das mídias digitais e seus usuários. A primeira questão diz respeito à miríade de atores que, a partir de motivações baseadas em suas percepções individuais, filtram e replicam as informações, tornando-as visíveis para o restante da rede (RECUERO, 2010). Esses atores terminam por fazer uma curadoria de informações ao decidir quais delas ganham visibilidade e quais não, potencializando um discurso e

silenciando outro. “Essas ações, de modo coletivo, acabam influenciando as informações que circulam e criando processos de difusão” (SOARES; RECUERO, 2017, p. 20-21).

Os algoritmos, nesse contexto, ganham um papel determinante na seleção e distribuição das informações consideradas mais relevantes para cada usuário. “Os algoritmos projetados para calcular o que ‘está em alta’, o que é ‘tendência’ ou o que é ‘mais discutido’ nos oferecem uma camada superficial das conversas aparentemente sem fim que estão disponíveis” (GILLESPIE, 2018, p. 96). Mais do que oferecer um conjunto de recomendações, essas redes informacionais de inteligência artificial tomam a decisão sobre qual informação será consumida e qual será ignorada, de forma que a modulação da opinião pública no ambiente digital é dada pelo controle da visualização de conteúdos. “As plataformas [...], em geral, não produzem conteúdos, mas direcionam, organizam e disseminam as produções de seus usuários” (SILVEIRA, 2019, p. 92).

De forma silenciosa, portanto, sob o pretexto da ultra personalização, os algoritmos terminam por fragmentar os discursos e as audiências, aumentando os blocos opinativos em uma dinâmica caracterizada pelo “pensar junto, viver junto, dizer junto” (FARIAS, 2019). Nesta conjuntura, na qual os usuários passam a consumir conteúdos modelados e entregues de acordo com seus gostos e vieses pessoais, criam-se condições para a formação de agrupamentos ideológicos que compartilham o mesmo ponto de vista – dando origem às bolhas de informação.

Como resultado, destacam Terra e De Sousa (2019), a formação dessas bolhas não permite que indivíduos vejam fora do seu próprio círculo, tornando-se aprisionados apenas àquilo que conhecem e concordam: não há diversidade, diálogo e tampouco debates. Dessa falsa sensação de consenso, nasce um cenário propício a radicalização de ideias e posicionamentos, no qual os indivíduos se tornam mais intolerantes às opiniões que divergem daquelas a que estão acostumados: o diferente torna-se ainda mais passível de estranhamento e rejeição e a intolerância ganha espaço e raízes cada vez mais profundas. (FARIAS, 2019)

Em síntese, compreender o desafio da mediação digital para a formação da opinião pública passa pela compreensão de questões éticas e sociais frente ao tipo de sociedade que estamos formando. É fato que não se pode ignorar as novas lógicas comunicacionais da ambiência virtual, bem como seu poder de informação e certamente de desinformação; mas também faz-se necessário discutir “quão rasas podem ser essas relações, e vazias essas informações.” (FARIAS, 2019).

3. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

3.1 UMA NOVA ESFERA PÚBLICA

O advento das tecnologias de informação provocou não só transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, mas principalmente uma alteração epistêmica nas formas de compreender o mundo, os atores sociais e as formas de participação. Segundo Floridi (2014), a humanidade vivencia hoje a passagem de um tempo histórico para um outro até então inédito: o "hiper-histórico", caracterizado pela dependência da técnica informativa e pela capacidade de gerar e armazenar grandes quantidades de dados. Isto significa que embora o homem já utilizasse tecnologias de comunicação para gravar e transmitir informação, é somente neste momento atual que passam a depender delas como fonte de recursos para o desenvolvimento do bem-estar da sociedade e do indivíduo. (CRUZ, 2020)

Essas tecnologias foram responsáveis, segundo Massimo di Felice (2017), por expor uma lógica colaborativa de interação, cujas dinâmicas de relações emergem na rede e por meio dela passam a ser vistas não mais como a consequência do agir de um indivíduo, mas o resultado da colaboração e da interdependência de agentes humanos e não-humanos; no qual se reconhece o papel das entidades formadas por dados, códigos e circuitos informativos. Destas circunstâncias, segundo o autor, nasce um modelo comunicativo reticular baseado na colaboração contínua entre o sujeito humano e os diversos agentes, com lógicas de organização e atuação próprias, conhecido como net-ativismo.

[O net-ativismo] Exprime o conjunto das ações em rede que resultam da sinergia entre atores de diversas naturezas – pessoas, dados, softwares, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas – que tecem a emergência de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas estendida não só aos elementos biológicos não humanos, mas também às tecnologias informativas, às entidades territoriais, às diversas superfícies, capazes de conectar e de fazer interagir tudo o que existe no interior da biosfera (DI FELICE, 2017, p. 193).

Neste cenário, torna-se necessário dar luz aos fenômenos que vão além dos esquemas opinativos tradicionais e antropocêntricos da esfera pública, antes caracterizados pelo diálogo humano, e agora substituídos por um “agir conectivo” ou “agir ecológico” (Ibidem, p. 197) marcado pela formação de várias redes informacionais.

Essa conjuntura exige que pesquisadores e filósofos de diversas matrizes teóricas se voltem para a análise das novas possibilidades e contornos adquiridos pelo que até então se entendia como esfera pública, a partir da continuidade do modelo habermasiano ou de uma readequação do conceito. Castells (2008), por exemplo, defende a ideia de uma nova esfera

pública, cuja configuração ganha aspecto global, como uma arena internacional, acolhendo debates e discussões sobre temáticas que afetam tanto a vida de cada indivíduo em aspecto local como à humanidade em geral. Partindo de perspectiva semelhante, Pierre Lévy (2010) pontua que as comunidades virtuais, originárias por meio da interconexão generalizada, aproximam cidadãos geograficamente distantes e modificam as formas tradicionais de opinião. Para o sociólogo francês, as comunidades do ciberespaço sugerem uma transformação na noção de público ao provocarem um debate coletivo mais participativo e distribuído em relação aos processos tradicionais das mídias de massa.

Trata-se de um “novo laço social”, fundado não mais no território ou nas relações institucionais, mas na reunião de indivíduos em torno de interesses comuns e da prática cooperativa de aprendizagem e de compartilhamento de informação. Sendo assim, para o autor, as interações virtuais eclodem uma nova esfera pública (LÉVY, 2017, p. 29), inerentemente mais plural e transnacional que aquela descrita no século XX. (CRUZ, 2020).

Por fim, ainda há quem diga que ambas as esferas públicas – tanto a física quanto a virtual – atuam em caráter complementar, como compreende Moraes (2001) quando destaca que a Internet não está “dissociada dos embates sociais concretos” e assim, caracteriza uma “relação de confluência, acréscimo e de sinergia entre o concreto e o virtual, resultante, de um lado, da progressiva hibridação tecnológica e, de outro, do somatório de possibilidades que nenhuma das partes, isoladamente, alcançaria”.

A despeito das divergentes abordagens que buscam repensar a esfera pública à luz da modernidade digital, é fato que os tempos atuais convidam a refletir sobre um novo fazer comunicacional, que surge do processo de digitalização e considera o impacto das novas tecnologias no processo de formação da opinião. É preciso considerar como a difusão da banda larga e da *Internet das coisas*, dos *Big Data* e das diversas formas de conexão de todo tipo de superfície, tem contribuído para a criação de ambientes comunicativos reticulares, no interior dos quais, mais do que a simples transmissão de informações, criam-se condições habitativas específicas, capazes de fomentar processos complexos e ainda pouco explorados pelo campo teórico comunicacional.

3.2 INTERNET E CIBERCULTURA

Como novas espécies de praças públicas no ciberespaço, as redes sociais se tornaram um locus de disputa simbólica de interpretação dos acontecimentos políticos a partir dos discursos dos usuários (GOYA; FIACADORI; SANTOS, 2019). As ações comunicativas

desenvolvidas nessas plataformas são formadoras de identidades coletivas (SOON & KLUVER, 2014) que expressam narrativas em permanente disputa. É possível observar a expressão de paixões, desafetos e a pluralidade de posicionamentos, que seguem uma lógica de confrontos discursivos e embates políticos. (LACLAU & MOUFFE, 2015)

“Quando uma rede de computadores conecta pessoas ou organizações, isto é uma rede social. Da mesma forma que uma rede de computadores é um conjunto de máquinas conectadas por um conjunto de cabos, uma rede social é um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por um conjunto de relacionamentos sociais, como amizade, trabalho cooperativo ou intercâmbio de informações” (Garton et al., 1997, online).

Dado seu grande potencial de mobilização, cada rede social opera em uma sociabilidade estabelecida por seu sistema de funcionamento juntamente à dinâmica de seus usuários. Elas são movidas através da expressão do grupo, das identidades que o compõem, dos relacionamentos que se estabelecem e das convenções normativas criadas conforme a dinâmica que vai sendo constituída pelos usuários (BAYM apud BIMBER, 1998). Assim, imersas em um ambiente de possibilidade de conexão a nível global, as noções de *media* dominante se diluíram e o papel de destaque na definição do que é relevante nos conteúdos produzidos passou a ser ocupado pelos indivíduos (FIGUEIRAS, 2017) como parte de uma crescente democratização dos processos de difusão e produção de conhecimento.

Nessa conjuntura, à medida que o ambiente virtual proporciona uma aparente liberdade e autonomia do indivíduo ao colocá-lo diante de um volume de informações disponíveis a todos, com repositórios aparentemente democráticos e acessíveis, também gera a frágil ideia de imparcialidade e independência, debilitando a sociedade ao levar um falso empoderamento e potencial distorção (FARIAS, 2019). Essa condição ainda é agravada quando constata-se o processo de incontinência enunciativa típico de um contexto onde há um volume excessivo de informações e dados.

Este excedente de informações em circulação, por sua vez, se dá como consequência do *Big Data* e das tecnologias de produção, gestão e acumulação massiva de dados, que produziram efeitos significativos no estilo de vida dos indivíduos em todo o globo. Segundo Alfons Cornellá (1996) esses efeitos são parte do processo de *infoxicação*² – condição onde o excesso informacional paralisa, adoece e borra as fronteiras entre o ler e o entender. O físico catalão defende que sob o domínio da “infoxicação”, os indivíduos conectados tentam

² WILKE, Valéria Cristina Lopes. **Pós-verdade, fake news e outras drogas:** vivendo em tempos de informação tóxica. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 8–27, 2020. DOI: 10.21728/logcion.2020v7n1.p8-27. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5427>. Acesso em: 19 jun. 2023.

receber, processar e analisar diariamente um quantitativo de informação exponencialmente maior do que seu organismo é capaz de acessar; criando uma condição de overdose informacional que põe em xeque a capacidade de pensar criticamente aquilo que é consumido.

Assim, tem-se um cenário marcado pelo compartilhamento sem checagem, dentro de uma cultura de informação em pílulas, nos quais a interação se dá entre semelhantes, sem a predisposição à crítica (FARIAS, 2019) – no qual torna-se comum o *blind endorsement*: o hábito de se fazer o endosso às cegas. Este, segundo Lippmann (2008), decorre tanto da falta de apetite informacional quanto da falta de interesse ou motivação de verificar as fontes e dados recebidos. Trata-se do panorama ideal para a proliferação de notícias falsas.

3.3 FAKE NEWS E PÓS VERDADE

A prática de disseminar intencionalmente inverdades e informações falsas data tempos muito anteriores às tecnologias de informação da sociedade em rede. Essas tecnologias, no entanto, foram as responsáveis por potencializar e operacionalizar a prática, que atingiu níveis nunca antes imaginados. Segundo Galhardi, Freire, Minayo e Fagundes (2020):

“O termo fake news denomina a produção e propagação massiva de notícias falsas, com objetivo de distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, desinformar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, diante de um assunto específico, para obter vantagens econômicas e políticas.”

Embora não tenha surgido exclusivamente no contexto da modernidade digital, é a partir dele que o termo passou a ser uma constante nos debates e pesquisas sobre opinião pública em todo o globo. A expressão se popularizou mundialmente durante a cobertura jornalística da eleição presidencial de 2016, nos Estados Unidos, quando conteúdos falsos sobre a candidata Hillary Clinton foram compartilhados em escala pelos eleitores de Donald Trump. Neste mesmo ano, a Oxford Dictionaries elegeu a palavra “pós-verdade” como a mais importante do mundo. Desde então, ambos os conceitos passaram a ser amplamente utilizados e discutidos, de forma que suas compreensões passaram a ser condição *sine qua non* para entender a complexidade das variáveis que interferem nos processos de formação da opinião pública na contemporaneidade.

A correlação entre os termos se dá de forma complementar e mútua, dado que o pano de fundo das *fake news* é a quebra do valor associado à verdade factual; circunstância em que os fatos concretos passam a valer menos do que os apelos emocionais ou as crenças pessoais de cada um (WILKE, 2020). Daí a expressão *pós-verdade*, que segundo Farias (2019, p.106)

caracteriza-se pela ação de colocar “sentimentos em lugar da razão, fazendo com que grupos predispostos ou sensibilizados a dado comportamento aceitem mais facilmente distorções em favor de suas crenças”.

Nesse cenário, é importante ressaltar que os fatos informam as opiniões, e estas, por sua vez, podem divergir umas das outras; o que não significa ultrapassar os limites do que de fato é verdadeiro. A verdade factual refere-se ao que é declarado por todos como legitimamente ocorrido devido aos variados testemunhos, e são os fatos, quando aceitos e tidos como comuns, que fornecem a base para as concordâncias e discordâncias no diálogo (WILKE, 2020). Nessa perspectiva, Hannah Arendt defende que o que caracteriza a verdade factual é que seu contrário não é o erro, ou a ilusão, ou a opinião, mas a falsidade deliberada, a mentira. A partir do rompimento com a realidade comumente compartilhada sobre as questões de fato – base para o diálogo e para as concordâncias e dissensos – é rompida a possibilidade de qualquer interpretação, pois as opiniões passam a ser elaboradas a partir de uma perspectiva específica, inclusive a que contraria os fatos.

A filósofa explicou que “fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos, um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio” (ARENDT, 2009, p. 295). Isso não significa que perspectivas e interpretações diferentes de uma mesma circunstância inviabilizam o ocorrido: interpretações diferentes de um mesmo acontecimento foram e continuarão a ser comuns – o que não se pode admitir é arrogar o direito de criar a própria realidade factual.

Nesse sentido, Charaudeau (2013) propõe que há uma contraposição fundamental entre valor de verdade e efeito de verdade. O valor de verdade estaria relacionado aos saberes legitimados pelas ciências e por aparatos institucionais. Algo com valor de verdade só tem tal valor em função dos aparatos institucionais que lhe dão suporte e legitimidade. O valor de verdade é resultado do desejo por um mundo semanticamente estável, uma busca constante pela catalogação e racionalização de uma verdade fatual. (SIEBERT; PEREIRA; 2019). Contrapondo-se ao valor de verdade de nível institucional, Charaudeau (2013, p. 49) apresenta o efeito de verdade, que surge “da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento de mundo”. Posto que realidade e língua se relacionam na mesma dimensão imaginária da discursividade fundadora dos sentidos, é no nível discursivo – considerando sempre as relações com as dimensões sociais e históricas dos processos de significação – que os sujeitos constroem seus

sistemas de crenças e, conseqüentemente, suas concepções de verdade. (SIEBERT; PEREIRA; 2019).

Diante destes aspectos, conclui-se que a dinâmica da vida social foi reconfigurada pela adesão massiva às redes sociais e as tecnologias de informação. O fenômeno das *fake news* e da *pós-verdade* deu visibilidade aos desafios sociais, éticos, educacionais, políticos e sociológicos que a humanidade enfrentará nos próximos anos. Para entender a formação da opinião pública no mundo moderno, mais do que nunca, é necessário entender o impacto dessas manifestações no fazer comunicacional dos indivíduos em todo o globo.

4. O PASSÁRO AZUL

4.1. NINHO DA INTERNET: A ORIGEM DO TWITTER

Em meados da década de 90, o Brasil viveu uma onda de transformações tecnológicas provocadas pela chegada dos computadores e pela popularização da internet. Com a virada do século, as redes sociais passaram a receber grande destaque, aumentando em uma velocidade notável sua presença no cotidiano dos brasileiros.

Nesse contexto, em 2006, o Twitter surge como uma ferramenta de microblogagem baseada em uma estrutura assimétrica de contatos, no compartilhamento de links e na possibilidade de busca em tempo real – as mesmas propriedades de outras ferramentas de comunicação no universo da web 2.0, como e-mail, blogs e mensagens de texto – com a particularidade de limitação de seus conteúdos: as mensagens não podem ultrapassar mais de 140 caracteres, já que devem servir ao propósito de serem rápidas de escrever, ler e compartilhar.

O período de idealização da rede começou sete anos antes do serviço vir a público mundialmente, em março de 2007. Na época, Jack Dorsey pensava em criar um aplicativo para informar aos amigos o que o jovem estadunidense estaria fazendo. No período em que deixou o projeto incubado, o idealizador conheceu os outros três co-fundadores da rede social – Noah Glass, Biz Stone e Evan Williams – enquanto trabalhava na Odeo, empresa que abrigava um site de diretório de pesquisa para áudio e vídeo com o formato de RSS* na qual o Twitter foi inicialmente fundado. A escolha do nome foi pensada por Glass, e significa “breve e inconsequente explosão de informação ou barulho dos pássaros” (KLEINA, 2017).

Historicamente, para Santaella e Lemos (2010), o Twitter representa a evolução cronológica das próprias redes sociais, iniciada na segunda parte da década de 90, com a

pioneira possibilidade de interatividade em tempo real para redes socialmente configuradas (ICQ). Essa realização caracterizou as redes sociais da Internet 1.0. Em seguida, o salto em direção às redes sociais 2.0 foi dado a partir do compartilhamento em rede social de arquivos e interesses, na era do Orkut, MySpace e LinkedIn. A partir de 2004, com a criação do Facebook, iniciou-se a era das redes sociais 3.0, caracterizadas pela integração em outras redes e pelo uso generalizado de jogos, assim como de aplicativos para mobilidade. Assim, segundo as autoras, o cenário das redes sociais evoluiu pela transformação gradual das redes monomodais 1.0 para as redes monomodais múltiplas, até as redes multimodais 3.0, cujo exemplo primordial de interação encontra-se no Twitter. O diferencial principal na modalidade de interação das redes 3.0 encontra-se na sua integração com múltiplas redes, plataformas e funcionalidades através do uso de aplicativos e de mídias móveis. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 59)

Nos dias atuais, o Twitter se tornou um fenômeno a nível global, atingindo a impressionante marca de 556 milhões de usuários espalhados pelo mundo.³ Ainda na perspectiva de Lucia Santaella e Renata Lemos, duas das principais pesquisadoras que se aprofundaram nos estudos e na compreensão da rede, o notável sucesso do pássaro azul justifica-se por suas características típicas:

O Twitter é um ambiente digital que possui uma dinâmica singular de interação social. Suas funcionalidades fazem com que uma ideia possa se reproduzir de forma viral e instantânea ao redor do planeta em questão de segundos. A conectividade *always on* é, de forma cada vez mais abrangente, o fio invisível que se multiplica entrelaçando consciências, espaços, perguntas e desejos... O Twitter serve como um meio multidirecional de captação de informações personalizadas; um veículo de difusão contínua de ideias; um espaço colaborativo no qual questões, que surgem a partir de interesses dos mais microscópicos aos mais macroscópicos, podem ser livremente debatidas e respondidas. (SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 55 e 66)

Assim, as pessoas usam o Twitter para falar sobre o que estão lendo, assistindo, ouvindo e pensando, de forma que o site tornou-se uma peça chave na economia da atenção, distribuindo idéias e comentários sobre o que tem preocupado as pessoas e o que elas têm procurado saber (O'REILLY; MILSTEIN, 2009). Uma pesquisa realizada em 2010 por Raquel Recuero e Gabriela Zago⁴ apontou que a principal finalidade dos usuários da rede é a troca de informações. No levantamento, foi verificado que, de um total de 622 postagens analisadas em um período de seis meses, 387 tinham caráter informacional, ou seja, 62,2%

³ Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 03 jun 2023.

⁴ RECUERO, Raquel. ZAGO, Gabriela. "RT, por favor!": considerações sobre a difusão de informações no Twitter. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Agosto/2010 – 69-81.

eram informativas. Destas, 46,7% eram notícias repassadas. O poder de influência deste compartilhamento de informações foi reconhecido até por quem faz a gestão da rede: a administração da própria ferramenta mudou a pergunta de postagem de “O que você está fazendo?” para “O que está acontecendo?”.

Esta troca de informações, por sua vez, é viabilizada por outro traço distintivo do Twitter: a instantaneidade das conversas. Para O'Reilly e Milstein, autoras da obra *Desvendando o Twitter* (2009), o Twitter é um jornal em tempo real. O compartilhamento dos acontecimentos acontecem de maneira tão rápida que muitas vezes são responsáveis por furos de reportagem. Enquanto as mensagens podem anunciar notícias de primeira mão, os posts individuais ajudam as pessoas a verificarem o que está acontecendo durante uma emergência, por exemplo, permitindo que se tenha visibilidade do acontecimento (ibid, 2009, p. 21)

Nessa perspectiva, as autoras defendem que as apropriações feitas com a ferramenta fizeram com que ela se afastasse da ideia de um blog, uma vez que, ao contrário deste, é possível construir uma página, escolher com quais pessoas se relacionar e criar conexões através de links. O'Reilly também acredita que não há rede com características tão exclusivas: “O Twitter tornou-se eficiente, viciante e diferente de todos os outros tipos de ferramentas de comunicação por suas características únicas.” (ibid, 2009, p. 13)

4.2. A REVOADA DOS PÁSSAROS: A DINÂMICA DO TWITTER

Entre os diversos motivos que parecem explicar porquê o Twitter atingiu um expressivo espaço no cotidiano da vida social e na participação digital dos indivíduos modernos, estão, segundo Marques e Aquino (2013) três principais aspectos. O primeiro deles está relacionado ao potencial de promover discursos rápidos e convenientes. O segundo refere-se à possibilidade de ocupar o tempo livre disponível no cotidiano. E por fim, o terceiro diz respeito ao potencial de alcançar novos seguidores. Em suma, o triunfo da rede está associado a singularidade da sua dinâmica, que possui aspectos particulares abordados nos tópicos a seguir.

4.2.1 *Timeline*: a ágora digital

Um dos principais atributos do Twitter refere-se a organização temporal de exibição das postagens (que recebem o nome de *tweets*). A *timeline*, que nada mais é do que o espaço

de interação de cada usuário, é a junção cronológica dos conteúdos de todos os perfis seguidos pelo indivíduo.

Nesse contexto, o fator tempo ganha um papel relevante na apreciação e publicação dos conteúdos da plataforma. As conversas no Twitter são caracterizadas por sua materialidade temporal, efemeridade e velocidade, que permitem trocas em uma dinâmica que ultrapassa os limites físicos e temporais: não importa em que lugar ou momento o usuário acesse o aplicativo, os tweets serão apresentados seguindo sua ordem de publicação.

Apesar das mensagens no Twitter serem públicas aos seguidores, a rede também tem uma opção de mensagens privadas (*Direct Messages*), que também entram no molde de 140 caracteres. Para enviar uma DM, o destinatário tem de estar seguindo o perfil do emissor.

4.2.2 *Retweet*: a voz do outro

O *retweet* é o ato de repercutir mensagens de outro usuário, dando-lhe o devido crédito. A principal função desse recurso está na possibilidade de manter a originalidade da mensagem e sua autoria, ao mesmo tempo que permite seu compartilhamento e comentários de outros usuários em cima do conteúdo original. Este último aspecto corrobora como o valor das interações mediadas pelo Twitter está não só na emissão das mensagens, mas principalmente no olhar compartilhado acerca do que os outros pensam e divulgam. Ao retweetar uma mensagem, o indivíduo se dispõe a concordar – ou discordar – do outro, revelando seu posicionamento aos seus seguidores, de forma a fortalecer os laços e conexões entre os diversos atores da rede.

4.2.3 *Trending Topics*: sobre o que o mundo está falando?

Os *Trending Topics* são uma das ferramentas de busca e pesquisa dentro do Twitter. Trata-se de uma lista com frases ou palavras que estão em alta no momento; os termos que mais aparecem nas conversas são regularmente atualizados, de forma que refletem os assuntos que estão sendo mais comentados na hora da consulta.

4.2.4 *Hashtags*: o símbolo da rede

As hashtags funcionam como palavras-chaves que categorizam as postagens realizadas. Iniciadas pelo símbolo do sustenido (#), elas formam agrupamentos de temas ou conversas, e ao clicá-las, o usuário observa as mensagens recentes que as mencionaram.

4.2.5 Busca: pesquisas e filtros

Dentre tantos tópicos discutidos simultaneamente, é necessário facilitar a busca dos usuários por determinado conteúdo. Para atender esta finalidade, o Twitter disponibiliza uma barra de pesquisa na página principal; onde é possível pesquisar por palavras-chave, *tweets* de determinados usuários e até em datas específicas. Enquanto as conversas acontecem na rede, as mensagens são adicionadas ao campo de busca em tempo real, o que confere ainda mais tempestividade aos filtros.

Ao mesmo tempo que a junção dessas ferramentas cria uma dinâmica típica que parece ser a fórmula do sucesso da rede, é importante destacar que a compreensão do funcionamento das mesmas também pode ter efeito reverso na percepção de uso dos usuários. Isso explica porque a taxa de desistência de novos usuários do Twitter é muito alta: aproximadamente 60% dos novos usuários abandonam a ferramenta depois do primeiro mês de uso. Segundo Santaella e Lemos, isso acontece porque “entrar no twitter sem estar consciente das características específicas dessa mídia pode se assemelhar a adentrar tateando em um quarto escuro e à pergunta ‘quem está aí?’ e ter como resposta um solene silêncio. (SANTAELLA, 2010, p. 69).

4.3 O PODER DO BANDO: A POLÍTICA NO TWITTER

Na pós-modernidade, quando percebe-se mais claramente o estabelecimento de distâncias individuais e coletivas, o Twitter carrega grande poder simbólico das práticas sociais. É notável a perda das referências sólidas de convívio e a ausência da sensação de pertencimento, levando a rede a configurar-se como uma vitrine de imagens individuais mediadas pelos meios eletrônicos, em que o singular tende a prevalecer sobre o todo (FREIRE, 2011).

Nesse contexto, urge analisar o Twitter sob o prisma de sua potencialidade política, que começou a ser amplamente discutida durante os processos eleitorais da última década. A força viral do Twitter e a possibilidade de um diálogo direto, sem intermediação – visando o estabelecimento de laços de proximidade e de identificação entre eleitores e políticos – foram

os fatores que levaram estes últimos a participar das redes sociais, em uma dinâmica de comunicação até então inédita (RAMALDES 2009 apud BICHARA, 2019). Como evidência dessa perspectiva está o uso e a presença de chefes de estado na rede: segundo levantamento do Estadão⁵, 172 figuras políticas e líderes de nações em todo o mundo estavam usando o Twitter no ano de 2015.

A perspectiva de ganho de visibilidade política, e consequentemente de popularidade para fins eleitorais, faz com que a classe política passe a visar a ocupação e o domínio das redes discursivas que operam no ambiente virtual. O Twitter, nesse contexto, graças às características previamente pontuadas, torna-se um alvo aspiracional de candidatos e figuras públicas. “Os políticos podem estar apenas buscando visibilidade, popularidade e apoio a suas carreiras políticas, ou podem também buscar o diálogo com eleitores, responder a questionamentos e prestar contas de seus mandatos” (AMARAL; PINHO. 2018, p.469)

Em uma relação de complementaridade dúbia, ao mesmo tempo que o potencial de expandir o diálogo com diferentes públicos na rede atrai representantes estatais, a presença dessas figuras também atrai o público para o Twitter, uma vez que passam a vê-lo como um importante meio de comunicação e informação sobre os candidatos. Ao compreender que a sociabilidade da rede está assentada na dinâmica de interação discursiva entre os usuários, os políticos passaram a utilizá-la para promover sua imagem pública, construir uma rede de apoio e estimular modalidades informais de interação: ao falar “diretamente” com o eleitor, os candidatos tentam gerar uma sensação de aproximação e posteriormente, até de confiança.

Dada esta relação de proximidade entre eleitores e candidatos, Cervi & Massuchin (2011) afirmam que o uso do Twitter é a versão online da relação corpo a corpo que os candidatos promovem com uma parcela da população, de forma que não anula a campanha de rua, mas a torna mais estratégica, fazendo com que o candidato passe a priorizar a sua presença em certos locais. É possível, portanto, ter laços maiores e com menores custos de interação (ROSSINI & LEAL, 2013).

“Considerando tais características, o Twitter, mesmo limitando cada post a apenas 140 caracteres por mensagem (o que não impede a publicação de várias mensagens em sequência a fim de se complementar um argumento), oferece a oportunidade de gerar espaços diversos para a troca de opiniões e informações entre pessoas que, muitas vezes, não teriam a possibilidade de se encontrar ou de apresentar e testar suas ideias em público.” (MARQUES; SILVA; MATOS. 2011, p. 350)

⁵ Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/papa-e-o-lider-mais-influente-do-twitter-imp/>>. Acesso em: 05 jun 2023.

Ainda nessa perspectiva, Rosseto, Carreiro e Almada (2013) também destacam a possibilidade de que ideias e informações cheguem a mais eleitores por meio da expansão em escala das relações de contato via redes sociais. Já Recuero (2016) chama a atenção para a disputa em torno dos *trending topics*; por um lado, ao darem visibilidade aos assuntos mais falados na rede, podem auxiliar na divulgação de propostas dos candidatos durante as campanhas; por outro, pode evidenciar a tentativa de controlar as pautas de discussão e as opiniões dos usuários.

A despeito do que foi posto, é importante pontuar que a utilização do Twitter não necessariamente ocorre nos termos de diálogo e comunicação de via dupla entre políticos e eleitores. A interação com seguidores pode não ser a atividade principal dos representantes políticos: o que rege a presença dos candidatos nas redes sociais é a disseminação de opiniões e informações sobre suas propostas políticas. Para Marques, Aquino e Miola (2014), não é porque o político está presente na rede social que ele está disposto a uma maior interatividade com a sociedade civil. Em certo ponto, isto vai na direção da própria composição da ferramenta, uma vez que, no Twitter, as conexões são unilaterais, e portanto, um usuário não é obrigado a estabelecer uma conexão com o outro. Neste sentido, o Twitter se coloca mais como uma rede de informação do que como uma rede social (Rossini & Leal, 2013).

"As descobertas sugerem que líderes políticos usam mensagens primeiramente para disseminar informação sobre suas políticas e sua personalidade. Interagir com os seguidores ainda é uma prioridade secundária. Assim, também é importante observar o grau em que os líderes políticos usam o Twitter com esse fim, ao invés de simplesmente utilizarem a ferramenta com características de broadcasting. (...) o caráter de mão única que tem sido empregado pelos atores políticos, deixando de lado as reais potencialidades participativas da ferramenta." (ROSSETO; CARREIRO; ALMADA. 2013, p. 206)

Dada essas reflexões, engana-se quem pensa que a classe política “deixa de lado as potencialidades participativas da ferramenta” por falta de conhecimento ou por subestimar sua aptidão. É preciso considerar que o que diferencia o Twitter das formas tradicionais de propaganda política – horários eleitorais no rádio e TV, comícios e eventos do partido – é justamente o fato de que a audiência formada na rede não é restrita a apoiadores com interesses concordantes ou ao eleitorado. Os públicos podem ser mais ou menos simpáticos às ideias do candidato, e portanto, há de se considerar o risco reputacional de se envolver em polêmicas. Desse modo, os candidatos querem crescer, angariar mais votos e engajar seu eleitorado, mas precisam considerar os riscos que essas interações e conversas na rede podem trazer em viés.

Diante de tudo que foi exposto, é possível constatar e observar o papel e impacto das redes sociais – sobretudo do Twitter – nas novas formas de propaganda política e *modus operandi* de campanhas eleitorais. As tecnologias de informação já começaram a transformar as concepções de democracia e soberania popular, uma vez que as trocas simbólicas possibilitadas por elas permitem o advento de novos fenômenos discursivos e relacionais, que precisam ser permanentemente estudados e observados.

5. POLÍTICA BRASILEIRA

5.1. DE BOLSONARO A LULA 3: CONTEXTO RECENTE

Dos mais de 500 anos de história do Brasil, menos de um século foi vivido dentro do que conhecemos hoje por democracia. Em 2015, a redemocratização completou a marca de 30 anos, assinalando o mais longo período de experiência democrática brasileira. As celebrações, no entanto, foram solapadas por uma crise política, social, econômica e institucional, que resultou, no ano seguinte, em um processo de impeachment de Dilma Rousseff (KINGSTONE; POWER, 2017). Os acontecimentos que sucederam a deposição da presidenta eleita popularmente foram responsáveis por inaugurar um período de grandes transformações e turbulências, provocadas pela ruptura das bases do sistema partidário e pela emergência de novas esferas e coalizões de poder.

Os eventos que se desenrolaram entre as corridas eleitorais de 2014 e 2018 foram pautados pela cisão político-ideológica da população, que ganhou força ao ratificar a desmoralização do sistema político, suas instituições e atores – tanto o Executivo, quanto o Legislativo e Judiciário – em uma crise que colocou em risco a legitimidade do regime democrático. Nesse contexto, a descrença no governo e nas instâncias representativas criaram uma conjuntura política propícia para a emergência de *outsiders*, com discursos extremistas e radicais, apropriados por uma nova vertente: a extrema direita.

A ascensão de uma direita radical não é exclusividade brasileira; pelo contrário, trata-se de um fenômeno chamado neoconservadorismo (TEIXEIRA, 2010) observado em diversas partes do globo. Entre os exemplos mais representativos estão os casos europeus - a Frente Nacional na França, a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), a Alternativa para a Alemanha (AFD), a coalizão austríaca entre o Partido Popular e o Partido da Liberdade da Áustria, a Aurora Dourada na Grécia; a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016; e na América Latina - o Propuesta Republicana (PRO) na Argentina, o Partido

Evolución Política (Evópoli) no Chile e a eleição de Mario Abdo Benítez no Paraguai. (VIEIRA, 2021)

No Brasil, onde o embate político era predominantemente composto pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o surgimento de uma nova direita nas ruas, no parlamento, nos meios de comunicação e na internet, foi responsável por quebrar a centralidade e o domínio desses dois partidos nas corridas eleitorais do país. Este advento, por sua vez, culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro, candidato de extrema direita do Partido Liberal. A partir de 2018, portanto, foi possível observar um crescimento do posicionamento ideológico a partir da percepção das diferenças partidárias em termos de esquerda e direita e a associação entre ideologia e voto (FUKS; MARQUES, 2020).

Dentro desta onda reacionária e conservadora, o crescimento da direita radical se dá baseado em três elementos principais: a economia; disputas sócio-culturais; e o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TEIXEIRA, 2017). Embora cada país esteja inserido dentro de um contexto próprio, a retórica populista deste grupo tem elementos que independem da geografia: o embate entre a elite política “corrupta” e a vontade do povo; o antagonismo “nós contra eles”; o negacionismo na comunicação política, especialmente em direção a adversários e à grande mídia; críticas ao politicamente correto e à discursos progressistas; desrespeito às regras formais e informais; apelos emocionais; o discurso anti-pluralista; e a demanda por soluções radicais nos temas que lhe concernem (GREVEN, 2016; NORRIS; INGLEHART, 2019). Além desses aspectos partilhados, há também a propagação de discursos autoritários (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015) e a difusão destes por meio da internet.

Esses elementos tornaram o avanço e a radicalização da direita fenômenos visíveis e constatáveis em diversas partes do globo. No Brasil, pode-se depreender que a extrema direita já vinha se articulando e ganhando força desde a última década, embora suas manifestações tenham ficado em evidência mais recentemente (VIEIRA, 2021). Um exemplo disto está nas jornadas de junho de 2013,⁶ as quais lançaram, sob um pretexto apartidário, o que muitos consideram a primeira face pública do que viria a se tornar o bolsonarismo. Os atos, que à priori atendiam o objetivo de protestar contra o aumento das tarifas de transporte público e reivindicar o fim da corrupção, assumiram com o tempo uma roupagem mais radical, focada na defesa de valores tradicionais, na religião e na crítica às minorias.

⁶ As jornadas de junho de 2013 foram uma série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de quinhentas cidades do Brasil no ano de 2013.

Com o fim do mandato de Jair Bolsonaro e a corrida eleitoral de 2022, parecia haver indícios que este grupo perderia força e capacidade de mobilização; o que não se mostrou uma verdade. Prova disso é que, poucos meses depois, na esteira desta conjuntura, estão os eventos do dia 8 de janeiro de 2023. O bolsonarismo mostrou-se capaz de ultrapassar o personagem Jair Bolsonaro, abarcando uma série de expectativas, percepções e visões de mundo que não se esgotam em sua figura (BALDAIA; ARAÚJO; ARAÚJO, 2021). Trata-se de uma herança reacionária, conservadora e agora, mais do que nunca, ressentida, que não parece estar disposta a abrir mão do jogo pelo poder. Pelo contrário, parece ter encontrado nos acontecimentos recentes o terreno fértil para criar raízes e se perpetuar por muitos anos.

5.2. 8 DE JANEIRO DE 2023: ATAQUE A DEMOCRACIA

Aqueles que acompanharam à posse de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no pleito de 2022 para ocupar pela terceira vez a mais alta posição do Executivo nacional, não imaginavam que o mesmo lugar onde ocorreu a cerimônia, quase uma semana depois, seria palco de atos antidemocráticos e ações terroristas. No dia 8 de janeiro de 2023, uma invasão à Praça dos Três Poderes por grupos bolsonaristas marcou a história política do país (POLITIZE, 2023).

Para entender os acontecimentos daquele dia, é preciso retornar ao dia 30 de outubro de 2022, quando a apuração das urnas chegou a 98,81% e confirmou matematicamente a eleição do presidente Lula com 50,83% dos votos – contra 49,17% de Bolsonaro (G1, 2022). Desde então, apoiadores do ex-presidente, junto às demais alas da direita extremista, se mobilizaram em atos que questionavam a legitimidade do resultado das urnas e pediam por intervenção das Forças Armadas. As ações estendiam-se desde bloqueio de estradas, ônibus queimados e a organização de acampamentos em frente aos quartéis do Exército por todo o Brasil. As manifestações, planejadas previamente por grupos em uma rede social de mensagens de texto, estavam espalhadas pelo país, fragmentadas e aparentemente fragilizadas pela falta de adesão massiva.

Nas primeiras semanas do ano, porém, tornou-se evidente que a maior demonstração de força ainda estava por vir. No dia 08 de janeiro, uma movimentação atípica na capital do Distrito Federal chamou a atenção das autoridades e da imprensa; centenas de ônibus levando milhares de pessoas chegaram a Brasília na madrugada de sábado (07) (PODER 360, 2023). O que parecia ser a organização de uma manifestação política contra o recém líder empossado

do Executivo, se mostrou, no dia seguinte, um dos mais sombrios episódios de violência, terrorismo e ataque ao regime democrático brasileiro.

Naquele dia, cerca de 4 mil bolsonaristas saíram do Quartel-General do Exército e seguiram em direção à Praça dos Três Poderes, escoltados pela Polícia Militar. Na chegada a Esplanada dos Ministérios, esses grupos entraram em conflito com a PM, que não conseguiu contê-los mesmo com o uso de bombas, gás lacrimogêneo e auxílio da cavalaria e Tropa de Choque. A multidão rompeu a barreira de segurança e passou a ocupar a rampa e laje da cobertura do Palácio do Congresso Nacional, enquanto parte do grupo conseguiu invadir e vandalizar os prédios do Congresso, do Palácio do Planalto e do Palácio do Supremo Tribunal Federal (GLOBO, 2023).

Figura 1 - Invasão bolsonarista ao palácio do Congresso Nacional



Foto: EXAME⁷

No momento da invasão ao Congresso, o presidente Lula estava em São Paulo e assim que tomou conhecimento dos atentados, decretou uma ordem de intervenção federal para assumir a segurança pública do DF até o dia 31 de janeiro. No dia seguinte, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afastou o governador Ibaneis Rocha para ser investigado pela omissão e negligência aos ataques (STF, 2023) uma vez que estes estavam sendo arquitetados pelas redes sociais desde o ano anterior, quando poderiam ter sido previstos e evitados com

⁷ Disponível

em: <<https://exame.com/brasil/atos-terroristas-os-11-pontos-para-entender-tudo-desde-o-8-de-janeiro/>>. Acesso em: 12 jun 2023.

reforço da segurança do local. Também iniciaram-se investigações para apurar possíveis empresas e pessoas que teriam sido responsáveis por financiar o deslocamento, alimentação e os acampamentos dos criminosos. A Polícia Federal instaurou, ainda, um gabinete de crise para identificar os envolvidos no ataque ao Congresso Nacional.

O saldo da invasão resultou em depredações ao patrimônio público do governo, incluindo fachadas pichadas, móveis quebrados, obras de arte roubadas e destruídas, salas reviradas e objetos queimados.

Figura 2- Estrago patrimonial no prédio do Congresso Nacional.

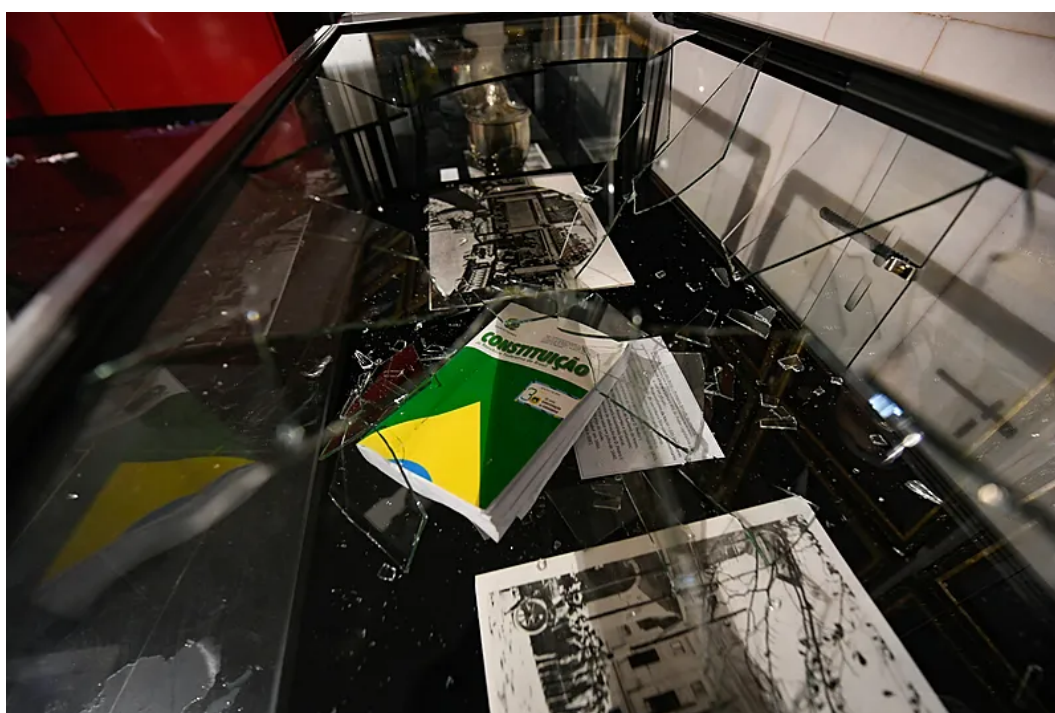


Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado - <https://www.politize.com.br/invasao-ao-congresso/>

Dois dias após a invasão, mais de 1.500 pessoas foram presas. Até março de 2023, 2.182 pessoas tinham sido detidas por participarem ou terem envolvimento nos ataques. Logo após os eventos, o secretário de segurança pública e ex-ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, Anderson Torres, que estava em Orlando no dia das invasões, foi exonerado do cargo (UOL, 2023).

O acontecimento foi encarado com gravidade por líderes de diversos partidos brasileiros, que manifestaram publicamente o repúdio contra as ações; chefes de Estado da América Latina, Europa e todo o globo prestaram solidariedade para com o governo, condenando os atos e destacando seu caráter terrorista e antidemocrático (CNN, 2023).

5.3 DEMOCRACIA EM VERTIGEM: INSURREIÇÃO NEOFASCISTA

O mundo assistiu com apreensão às cenas de invasão e depredação bolsonarista à Praça dos Três Poderes e ao patrimônio público do governo brasileiro em janeiro de 2023 (BDF, 2023). As cenas destacaram-se não só pela natureza violenta e antidemocrática dos atos, mas principalmente por guardar semelhanças com um evento estadunidense ocorrido dois anos antes. Os ataques dos grupos radicais de extrema direita no Brasil lembraram a insurgência de trumpistas no Capitólio em Washington D.C.,⁸ nos Estados Unidos, ocorridos no dia 06 de janeiro de 2021 (G1, 2021). Segundo uma análise da BBC, que ouviu o cientista político americano Scott Mainwaring, da Universidade Notre Dame, os dois eventos não são eventos desconectados. Para ele, “Sem invasão do Capitólio, não haveria o 8 de janeiro”, uma vez que o primeiro se formou a partir de um efeito imitativo do segundo, em um contexto no qual ao menos parte das direitas de ambos os países desistiram da competição democrática e lançaram mão da violência política.

Os acontecimentos em Brasília, portanto, como uma versão tupiniquim da invasão ao Capitólio norte-americano, convidam à reflexão e provocam pertinentes questionamentos, que devem ser analisados sob a ótica dos efeitos na sociedade brasileira à longo prazo. O Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP)⁹, que historicamente se dedica ao estudo da consolidação da democracia e suas instituições no Brasil, observa com preocupação o evento e seus desdobramentos, especialmente no que se refere à omissão e permissividade de parte das forças de segurança face ao golpismo desses setores políticos.

O atentado terrorista demarca o auge da radicalização destes grupos de direita e extrema direita no país, cujos membros e lideranças vêm atacando sucessivamente às instituições democráticas desde 2015, instrumentalizando-se, em larga medida, da comunicação digital. Esta flagrante demonstração de violência política coloca o sistema político em alerta e demanda uma resposta firme e rápida de toda sociedade brasileira. Urge uma união dos três poderes democraticamente constituídos em torno da defesa da democracia e do Estado de Direito, demonstrando que não se pode tolerar qualquer tipo de manifestação política fora da legalidade. (NEV, 2023).

Segundo os pesquisadores do grupo, os atentados golpistas de janeiro podem ser lidos a partir da compreensão de diversos aspectos, entre os quais se destacam a reprodução de padrões autoritários em governos republicanos, a fragilidade do regime democrático e das instituições políticas brasileiras, o caráter punitivista do discurso conservador, a inserção dos

⁸ O ataque ao Capitólio dos Estados Unidos ocorreu em 6 de janeiro de 2021, depois de partidários do então presidente Donald Trump serem convocados a se reunirem em Washington, DC para protestar contra o resultado da eleição presidencial de 2020.

⁹ O NEV/USP é um dos Centros de Inovação, Pesquisa e Difusão (CEPID), programa de fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

militares na política e o papel das mídias sociais nestes processos na contemporaneidade. Este último aspecto será o principal foco deste trabalho, que pretende analisar como as interações sociais mediadas pelo Twitter constroem narrativas e atribuem significados distintos para os ataques bolsonaristas do dia 08 de janeiro de 2023. Para isto, convém oferecer reflexões sobre as divergentes leituras que podem ser feitas a partir da régua usada para medir a liberdade de expressão das manifestações políticas.

5.3.1. Os limites da liberdade: manifestação ou terrorismo?

O espírito democrático comporta a livre manifestação de opinião. O direito à liberdade de expressão está garantido nos incisos IV e IX do artigo 5º da Constituição de 1988, e portanto, manifestar-se contra o resultado de um pleito político não só é legítimo como faz parte do regime republicano. Importante pontuar, no entanto, que o exercício da liberdade de expressão não é ilimitado. Segundo o Tribunal de Justiça do DF, todo abuso, principalmente quando comprovado a intenção de injuriar, caluniar ou difamar, pode ser punido conforme a legislação Civil e Penal (TJDF, 2021). Segundo o Ministro Fux (2013, p. 188):

A liberdade de expressão [...] deve ser protegida apenas enquanto meio para a comunicação de ideias – a palavra não é acobertada pela garantia constitucional para veicular, por exemplo, um discurso de ódio. Mais ainda, não se pode admitir a barbárie a pretexto de transmitir uma mensagem ou proposta. Assim, ainda que alguém atire um tijolo contra uma vidraça para expressar que não concorda com certo ponto de vista ou atitude do proprietário do bem, e por mais clara que seja a mensagem retratada em tal ação, não é possível invocar a liberdade de expressão para excluir a prevenção e a repressão, civil e penal, contra o vandalismo.

Neste cenário, urge depreender até que ponto os acontecimentos de janeiro em Brasília poderiam ser enquadrados na Lei nº 13.260 (Lei Antiterrorismo) promulgada em 2016, que tem por finalidade a tipificação do crime de terrorismo bem como a cominação das penas pelos diversos crimes exemplificados na legislação (ZOTELLE, 2019). Embora não haja consenso quanto à definição jurídico-legal do terrorismo, pode-se compreendê-lo como uma estratégia de violência para causar terror dentro de um segmento específico de uma determinada sociedade (BASSIOUNI, 1981).

No caso das manifestações bolsonaristas, de acordo com o inquérito 4.879¹⁰, aberto pelo ministro Alexandre de Moraes, a invasão ao Congresso não poderia ser tratada apenas

¹⁰ Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2023/01/decisaoafastagovernadoreoutrasmedidas2_090120233022.pdf>. Acesso em: 14 jun 2023.

como uma manifestação política qualquer, uma vez que haveria “fortes indícios de materialidade e autoria dos crimes previstos nos artigos 2º, 3º, 5º e 6º¹¹ da lei. Assim, conclui-se que a manifestação política, apesar de livre e garantida na Constituição, não pode infringir outros direitos também assegurados pelo documento. Atos de cunho discriminatórios e preconceituosos, que incitam ou provocam ações ilegais que atacam o Estado Democrático de Direito podem e devem admitir punições. Portanto, a invasão ao Congresso Nacional, bem como todos os atos de violência praticados naquele dia, podem ser entendidos como manifestações terroristas ilegais.

6. ABORDAGEM METODOLÓGICA

6.1. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

As redes sociais se tornaram um locus de disputa simbólica de interpretação dos acontecimentos políticos a partir dos discursos dos usuários (GOYA; FIACADORI; SANTOS, 2019). Essas mídias vem sendo um dos principais meios pelos quais é possível pautar as temáticas discutidas pela sociedade, de forma que compreender como as opiniões são formadas e debatidas nesses ambientes é fundamental para entender como as pessoas se posicionam em relação a determinados temas. Nessa perspectiva, todo trabalho que se proponha a analisar a formação da opinião pública na era da modernidade tecnológica passa pela inevitável apreensão dos meandros que esse fenômeno adquiriu na atual configuração dos ambientes midiáticos e digitais.

Destarte, este trabalho pretende oferecer uma revisão bibliográfica das principais teorias de opinião pública, agora aplicadas em um contexto de novas tecnologias de informação e conectividade *on-line*. O propósito é trazer reflexões que contribuam para a evolução desta frente, ainda subexplorada pelo campo de Comunicação Midiática e Relações Públicas. Para tal, esta tese busca pensar o tema da (des)construção da opinião pública sob o prisma das redes sociais, explorando como as interações sociais realizadas por meio do

¹¹ Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública;

Art. 3º Promover, constituir, integrar ou prestar auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista;

Art. 5º Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito;

Art. 6º Receber, prover, oferecer, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir, de qualquer modo, direta ou indiretamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução dos crimes previstos nesta Lei.

Twitter constroem narrativas e atribuem significados distintos para a invasão bolsonarista à Praça dos Três Poderes, ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023. Dentre os objetivos específicos, estão:

- 1) entender de que modo as interações desenvolvidas sob a mediação do Twitter produzem e difundem narrativas diversas sobre um mesmo acontecimento político;
- 2) analisar o que é possível observar sociologicamente em relação às dinâmicas e características discursivas das interações realizadas no Twitter;
- 3) depreender como cada versão da “verdade” é referendada como sendo informativa, processo que contribui para a disseminação de notícias falsas.

Como objeto de estudo, este trabalho optou por analisar o Twitter não só pelos expressivos números que comprovam a relevância e popularidade da rede no Brasil e no mundo - são 24 milhões de usuários ativos brasileiros e quase 187 milhões de usuários ativos globais¹² - mas principalmente por sua dinâmica singular de interação social. As funcionalidades da rede propiciam a reprodução instantânea e viral de ideias, o que a torna um meio atrativo para observar a reprodução de discursos e práticas sociais impregnadas de sentidos e valores políticos.

Entre os diversos *trending topics* debatidos diariamente no Twitter, a escolha do recorte temático se deu visando atender critérios de atualidade do tema, pertinência para a sociedade brasileira e volumetria de conteúdo. Para este fim, a invasão bolsonarista à Praça dos Três Poderes e os atos de ataque ao regime democrático por parte da extrema-direita, em janeiro de 2023, atendem a proposta de um acontecimento recente, atual e relevante, repercutido intensamente nas mídias tradicionais e digitais, de forma a proporcionar diversas possibilidades de análise para o presente estudo.

6.2 METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos descritos, foram definidas bases metodológicas que fundamentaram a escolha das técnicas propostas para investigar o tema. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que dá grande enfoque na interpretação do objeto e no contexto no qual está inserido. Minayo (2007, p. 24) enfatiza que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos

¹² Disponível em:

<<https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2022/04/25/brasil-tem-a-quarta-maior-base-de-usuarios-do-twitter-no-mundo.ghtml>>. Acesso em: 17 jun 2023.

valores e das atitudes” e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade.

Ainda para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa:

“[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).”

A despeito de possuir traços da pesquisa descritiva, uma vez que há descrição do fenômeno discursivo e o procedimento de análise documental dos tweets dos usuários – comum neste tipo de abordagem – este trabalho caracteriza-se por uma pesquisa exploratória, a partir de uma revisão bibliográfica e análise de exemplos que estimulem a compreensão do objeto de estudo (GIL, 2008).

Para atender a necessidade de analisar dados provenientes da comunicação digital, a investigação empírica realizada neste trabalho teve como base a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977); esta, segundo Moraes (1999, p. 2) constitui um método que “conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Enquanto procedimento de pesquisa, a Análise de Conteúdo desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjetividade ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto, o que não a descredencia no aspecto da validade e do rigor científico, já que tem status de metodologia, com princípios e regras bastante sistematizados. (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021)

As principais técnicas de Análise de Conteúdo são: análise categorial, análise do discurso, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão e análise das relações (co-ocorrências e estrutural) (BARDIN, 1977). Para este trabalho, foi utilizado a análise categorial, uma vez que a autora afirma ser esta a mais antiga e, na prática, a mais utilizada. A técnica escolhida consiste em operações de desmembramento do texto em unidades de registro (decomposição), que em seguida são agrupadas em categorias, passando pelo crivo da classificação e interpretação dos resultados, segundo a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido. (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021)

6.3 CORPUS DE PESQUISA

Considerando as regras de seleção do *corpus de análise*, composto pelos materiais selecionados durante o período de tempo estabelecido para a coleta de informações, este trabalho deliberou por um recorte temporal limitado ao dia 08 de janeiro de 2023. A escolha por tal período deu-se devido ao interesse na tempestividade das reações e da repercussão em tempo real, priorizando as postagens feitas durante os acontecimentos políticos daquele dia.

A coleta de dados foi feita através do próprio Twitter, pela ferramenta de busca avançada e filtros por palavra-chave. Para recortar as postagens referentes especificamente ao evento político analisado na pesquisa, selecionou-se a amostra a partir das expressões léxicas “planalto” ou “invasão” ou “golpe” ou “patriotas” ou “terrorismo” ou “infiltrados” ou “vandalismo”. Isso significa que apenas os tweets publicados dentro do período de tempo delimitado, que continham ou estavam relacionados a uma dessas expressões, foram selecionados para compor a análise.

7. ANÁLISE DE CONTEÚDO

As fases da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977), organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a análise do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

7.1. PRÉ-ANÁLISE

Esta primeira fase caracterizou-se por três etapas: primeiro, pela escolha dos materiais a serem submetidos à análise (definição do *corpus de pesquisa*); segundo, pela formulação de hipóteses que deverão ser comprovadas – ou refutadas – a partir da observação dos objetos; e terceiro, pela elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final da pesquisa.

A primeira etapa desta fase, que consiste na definição do *corpus de pesquisa*, foi feita a partir da leitura exaustiva dos tweets publicados no dia 08 de janeiro de 2023. Diante das milhares de outras temáticas que estavam sendo comentadas simultaneamente com o evento político daquele dia, utilizou-se filtros por palavras-chave – descritos no item 5.3 do capítulo anterior – de forma a limitar a leitura apenas das publicações que estavam comentando ou repercutindo a invasão bolsonarista e os acontecimentos em Brasília. Ao finalizar a leitura das postagens sobre o tema, decidiu-se quais delas, efetivamente, estariam de acordo com os objetivos da pesquisa.

A constituição do corpus da investigação implicou nas seguintes escolhas: a) não foram consideradas as métricas de engajamento da publicação; foram selecionados desde tweets com um grande número de curtidas, respostas e retweets (compartilhamentos) até postagens individuais com pouca repercussão; b) não foi considerado o número de seguidores dos usuários de cada postagem; foram selecionados desde tweets publicados por figuras públicas e influenciadores, até postagens de usuários desconhecidos; c) buscou-se equilibrar o volume entre postagens de diferentes espectros ideológicos, de forma a compor uma amostra representativa do universo; d) não foram selecionadas postagens realizadas por perfis oficiais de veículos de comunicação, uma vez que a abordagem jornalística e a cobertura da imprensa não são os focos deste trabalho. A partir dessas premissas, foram capturados e selecionados 260 tweets, que estão listados e anexados no índice deste documento.

A segunda etapa da pré-análise, caracterizada pela formulação de hipóteses e objetivos, compreende a definição de afirmações provisórias que o pesquisador se propõe a verificar, recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de suposições cuja origem é a intuição, e que permanecem em suspenso enquanto não forem submetidas à prova. No caso desta pesquisa, foram colocadas à prova as seguintes hipóteses:

- a) há uma total quebra do valor associado à verdade factual, de forma que os fatos concretos valem menos do que os apelos emocionais de cada usuário;
- b) há uma dualidade de narrativas antagônicas, criadas a partir de blocos opinativos e bolhas de informação;
- c) o Twitter é um ambiente altamente suscetível ao *blind endorsement* e a propagação de fake news;

Por fim, a terceira etapa é descrita pela escolha dos índices que embasarão a análise em função das hipóteses, permitindo sua organização sistemática em indicadores. Para fins de classificação e agrupamento, foram definidas uma lista de características observáveis na amostra, relacionadas a cada uma das hipóteses que se pretendia comprovar – cada indicador recebeu um número de 1 a 9. A enumeração dos indicadores foi feita a fim de facilitar o agrupamento e categorização dos tweets.

Quadro 1 - Enumeração dos indicadores

Hipótese	Indicadores
a) PÓS-VERDADE: há uma total quebra do valor associado à verdade factual, de forma que os fatos concretos valem menos do que os apelos emocionais de cada usuário;	1. Negação dos fatos concretos
	2. Aceitação dos fatos concretos
	3. Priorização da interpretação racional dos fatos, em detrimento da interpretação sentimental
	4. Apelos emocionais sobrepondo a interpretação racional dos fatos
	5. Palavras de ódio, ataques e intolerância ao divergente
b) GUERRA DE NARRATIVAS: há uma dualidade de narrativas antagônicas, criadas a partir de blocos opinativos e bolhas de informação;	6. Interpretação e significação pessoal dos acontecimentos da realidade
	7. Polarização de posicionamentos (direita x esquerda)
c) FAKE NEWS: o Twitter é um ambiente altamente suscetível ao <i>blind endorsement</i> e a propagação de <i>fake news</i> ;	8. Compartilhamento de inverdades;
	9. Criação de teorias da conspiração

7.2. ANÁLISE DO MATERIAL

A segunda fase da Análise de Conteúdo é responsável por tratar a amostra coletada na fase anterior, transformando-a em dados passíveis de serem analisados em operações de codificação. O processo de codificação dos materiais implica o estabelecimento de um código, que poderá ser constituído de números, letras ou outras formas de representação. Para tal, é necessário escolher as unidades de registro e as categorias (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021).

Segundo os autores, as unidades de registro são as unidades de significação que codificam e correspondem ao segmento de conteúdo considerado como unidade de contagem. Conforme o material de pesquisa, a unidade pode ser: a palavra, a frase, o tema, ou mesmo os documentos em sua forma integral. No caso da presente investigação, optou-se por utilizar como unidade de registro cada um dos tweets, considerando cada publicação na rede como uma unidade de registro de opinião do usuário.

Para definir as categorias, é necessário agrupar os dados – a partir da escolha de um critério – considerando as semelhanças existentes entre eles, de forma a reunir um grupo de unidades de registro sob um título genérico, com base no significado e contexto dos elementos. De acordo com Bardin (1977), as categorias devem atender às seguintes condições: a) a exclusão mútua: um mesmo elemento não pode ser classificado em duas

categorias diferentes; b) a homogeneidade: um princípio de classificação deve governar a organização das categorias; c) a pertinência: a categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao conteúdo analisado, objetivo e quadro teórico definido; d) a objetividade: as diferentes partes de um mesmo material devem ser codificadas da mesma maneira; e) a produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Nesta análise, o critério de categorização escolhido foi o semântico, uma vez que a interpretação de cada tweet depende diretamente da disposição semântica e contextual das unidades de registro. As categorias semânticas foram definidas com base na observação de quatro principais narrativas e posicionamentos antagônicos: primeiro, os que apoiavam as ações violentas dos grupos bolsonaristas e as justificavam como uma resposta inevitável do povo às supostas fraudes eleitorais e “crimes do STF”; segundo, os que negavam a autoria bolsonarista das ações de vandalismo e depredação dos prédios, afirmando serem estas causadas por infiltrados da esquerda e do Partido dos Trabalhadores; terceiro, os que repudiavam veementemente os atos vandelistas e se posicionavam contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores; quarto, os que mesmo estando à direita do espectro ideológico, repudiaram e se mostraram contra as depredações e atos vandelistas do grupo.

Posto que o processo de análise tem como objetivo explicar e sistematizar o conteúdo e expressão das mensagens, a distribuição dos indicadores em cada uma das categorias foi dada no quadro abaixo, de forma a relacionar as unidades de registro com as respectivas hipóteses.

Quadro 2 - Indicadores presentes em cada categoria

Categorias	Indicadores
1) PRÓ-ATOS: os que apoiam as ações violentas dos grupos bolsonaristas e as justificam como uma resposta inevitável do povo às supostas fraudes eleitorais e “crimes do STF”	1. Negação dos fatos concretos
	4. Apelos emocionais sobrepondo a interpretação racional dos fatos
	5. Palavras de ódio, ataques e intolerância ao divergente
	6. Interpretação e significação pessoal dos acontecimentos da realidade
2) PATRIOTAS: os que negam a autoria bolsonarista nas ações de vandalismo e depredação, afirmando serem estas causadas por infiltrados da esquerda e do Partido dos Trabalhadores	1. Negação dos fatos concretos
	4. Apelos emocionais sobrepondo a interpretação racional dos fatos
	8. Compartilhamento de inverdades;
	9. Criação de teorias da conspiração
3) OPOSIÇÃO: os que repudiam os atos vandalistas independente da ideologia e se posicionam contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores	2. Aceitação dos fatos concretos
	3. Priorização da interpretação racional dos fatos, em detrimento da interpretação sentimental
	7. Polarização dos posicionamentos (direita x esquerda)
4) CONTRARIADOS: os que mesmo estando à direita do espectro ideológico, repudiaram e se mostraram contra as depredações e atos vandalistas do grupo	2. Aceitação dos fatos concretos
	3. Priorização da interpretação racional dos fatos, em detrimento da interpretação sentimental

Convém sinalizar que os indicadores foram definidos a partir de aspectos comuns às unidades de registro da amostra e das hipóteses que estão à prova, o que explica porque podem aparecer em mais de uma categoria. A maior parte deles poderia fluir entre duas e até três categorias; a opção por classificá-los da forma que foi apresentada atendeu a critérios de maior afinidade com a categoria definitiva, levando em consideração as características que já compunham o conjunto.

7.3. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na terceira fase da Análise de Conteúdo, o processo de interpretação e inferência resulta na sistematização das características observadas na amostra. Bardin (1977) afirma que a interpretação proposta pelo método consiste em descobrir por detrás do discurso aparente,

geralmente simbólico e polissêmico, um sentido não explícito, o que exige grande esforço de interpretação do pesquisador. Para Gomes (2007):

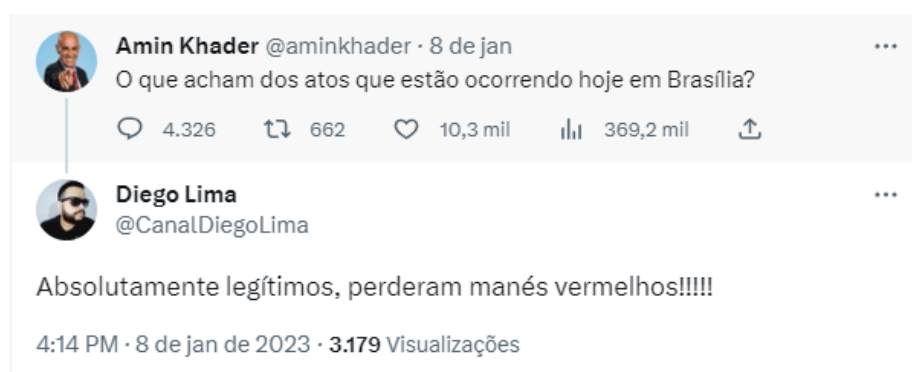
[...] a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias (GOMES, 2007, p. 79).

Como conclusão do processo de análise, portanto, produziu-se um texto síntese para cada uma das categorias, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise. Em seguida, oferece-se uma interpretação que busca conceder significação nova a estas características. (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021).

7.3.1 Narrativa pró-atos

Nesta primeira categoria, é possível observar um posicionamento irrestrito de apoio e incentivo aos atos bolsonaristas, fundamentado em uma narrativa de legitimação da violência e das ações de vandalismo. As unidades de registro aqui classificadas apresentam uma predominância de mensagens de incentivo e defesa dos grupos de extrema-direita, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

Figura 3 – Tweet 38



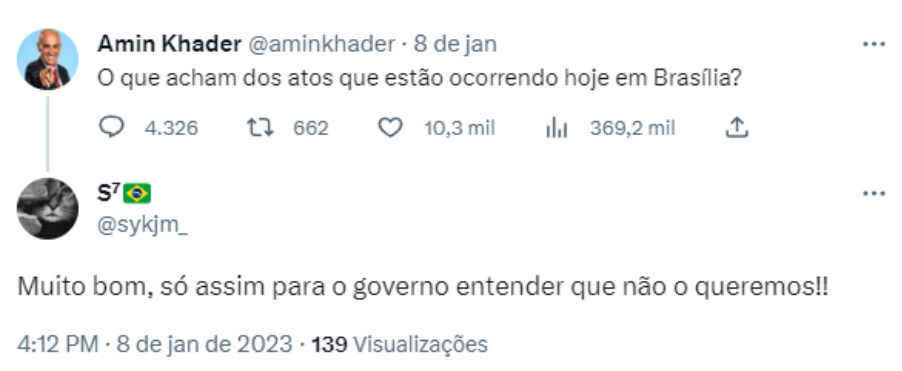
Fonte: <https://twitter.com/CanalDiegoLima/status/1612165759081369604> Acesso em: 14 jun 2023

Figura 4 – Tweet 87



Fonte: <https://twitter.com/EudesTristao/status/1612167896402100230> Acesso em: 14 jun 2023

Figura 5 – Tweet 230



Fonte: https://twitter.com/sykjm_/status/1612165415467159553 Acesso em: 14 jun 2023

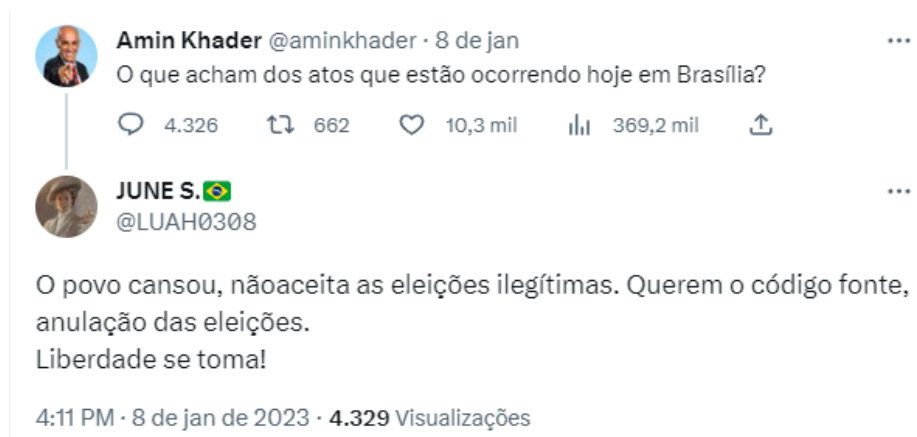
Os usuários desta categoria assumem como premissa que as ações de violência praticadas pelos grupos bolsonaristas são atos de defesa: há um consenso não explícito de que as manifestações são apenas uma resposta do povo a diferentes tipos de injustiça, das práticas de corrupção e de uma suposta fraude nas eleições.

Figura 6 – Tweet 216



Fonte: <https://twitter.com/rubiacibien/status/1612195831091965953> Acesso em: 14 jun 2023

Figura 7 – Tweet 139



Fonte: <https://twitter.com/LUAH0308/status/1612164997185929218> Acesso em: 15 jun 2023

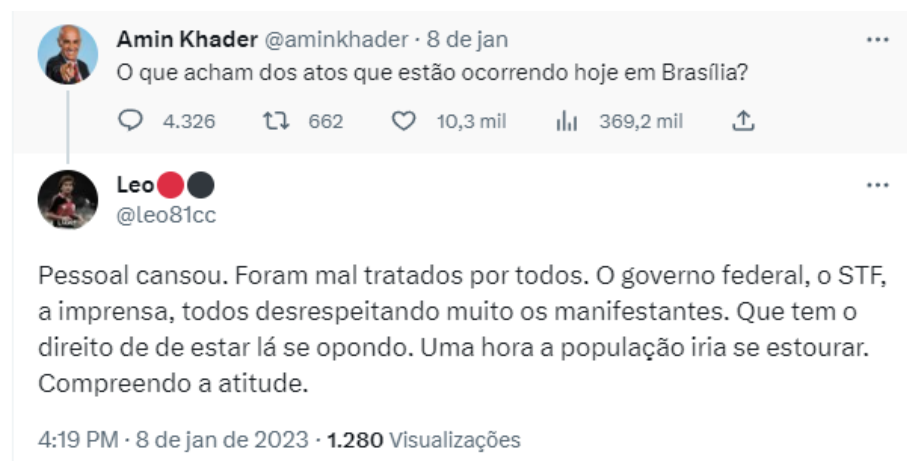
Desta mesma lógica, que entende os atos de violência como parte do movimento de legítima defesa de um povo que está sendo prejudicado; de modo quase paradoxal, nota-se que há um reconhecimento da gravidade das ações bolsonaristas, embora este seja usado para reafirmar a narrativa de que o contexto exigiu a adoção de medidas drásticas. Percebe-se que, até mesmo quando reconhecem que os limites foram ultrapassados, há uma relativização da violência através de justificativas assentadas na ideia: “situações extremas exigem medidas extremas”.

Figura 8 – Tweet 73



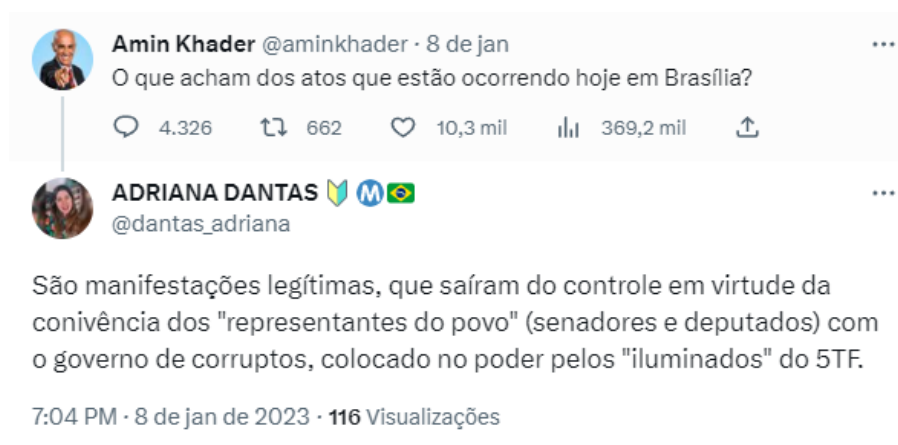
Fonte: https://twitter.com/drummer_eddie/status/1612189842015748099 Acesso em: 15 jun 2023

Figura 9 – Tweet 134



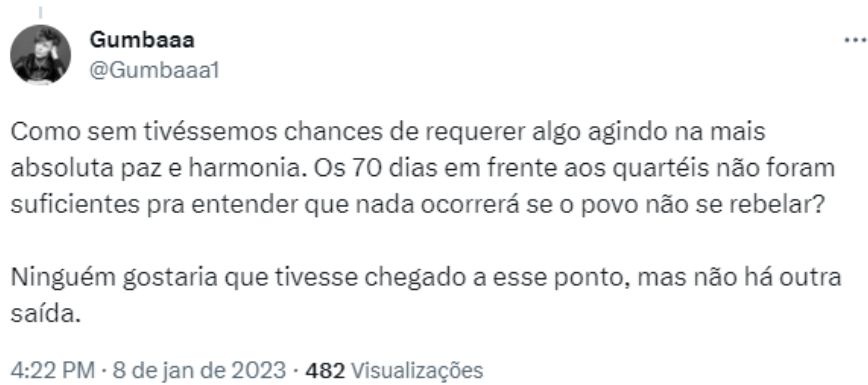
Fonte: <https://twitter.com/leo81cc/status/1612167218216804352> Acesso em: 15 jun 2023

Figura 10 – Tweet 57



Fonte: https://twitter.com/dantas_adriana/status/1612208692748865537 Acesso em: 15 jun 2023

Figura 11 - Tweet 103



Fonte: <https://twitter.com/Gumbaaa1/status/1612167777053179905> Acesso em: 15 jun 2023

Entre as justificativas usadas para legitimar o vandalismo há uma diversidade de argumentos superficiais, que se apoiam em um discurso de desmoralização das instituições democráticas, principalmente em ataques ao Supremo Tribunal Federal. Há ainda o uso frequente do argumento da “corrupção”, que também não é aprofundado e tão pouco especificado, descredibilizando a classe política como um todo, de forma genérica. Dentre estes, no entanto, o pretexto que mais aparece é o que afirma uma suposta fraude eleitoral no último pleito, conforme pode ser observado nos exemplos a seguir:

Figura 12 - Tweet 11



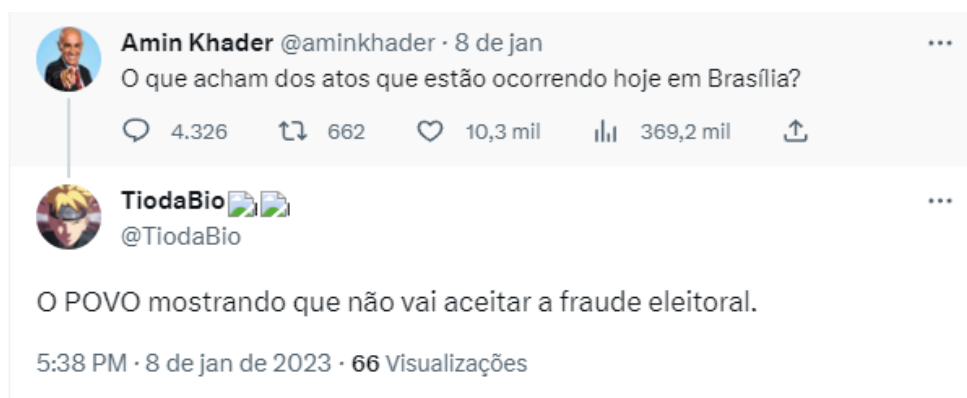
Fonte: <https://twitter.com/AlessandroGohan/status/1612192019304288256> Acesso em: 15 jun 2023

Figura 13 - Tweet 42



Fonte: <https://twitter.com/CarlosC20278568/status/1612221284670210049> Acesso em: 15 jun 2023

Figura 14 - Tweet 241



Fonte: <https://twitter.com/TiodaBio/status/1612186921886969856> Acesso em: 15 jun 2023

A partir dos indicadores que foram definidos para esta análise, observa-se a presença dos seguintes índices nesta categoria:

1. Negação dos fatos concretos: na maioria das publicações, há implícita uma recusa ao lidar com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Verifica-se um rompimento com a realidade comumente compartilhada pela sociedade brasileira, que reconheceu a legítima vitória de Lula com 50,83% dos votos válidos no último pleito. A negação deste acontecimento abre precedentes para a reprodução de ideais deliberadamente falsos, como os que afirmam uma suposta fraude eleitoral.
2. Apelos emocionais sobrepondo a interpretação racional dos fatos: de forma complementar ao tópico anterior, ao negar a validade dos fatos concretos, prioriza-se

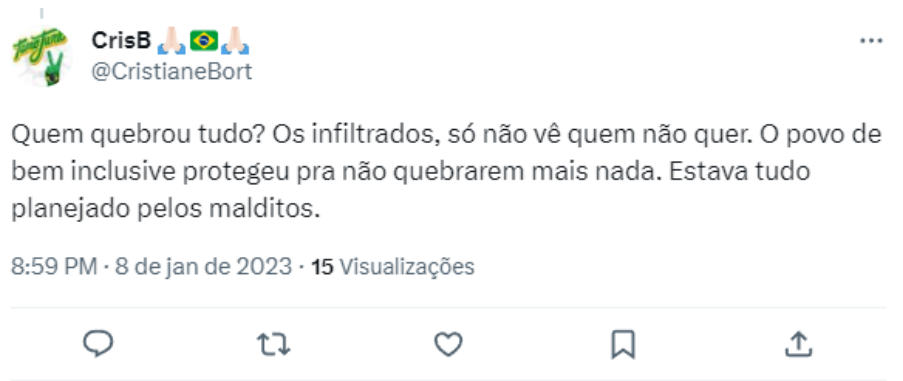
os sentimentos em lugar da razão, o que faz com os indivíduos aceitem mais facilmente distorções em favor de suas crenças (FARIAS, 2019, p.106). Isso explica a lógica observada nas publicações que justificam e legitimam os atos de violência – um misto de ressentimento e negação pela perda das eleições encontra sentimentos de injustiça e revanche, materializados em um discurso que justifica qualquer ato sob a alegação de legítima defesa do povo.

3. Palavras de ódio, ataques e intolerância ao divergente: diante da priorização dos apelos emocionais em detrimento da razão, tornou-se evidente a intolerância para com posicionamentos e ideias divergentes. Em muitas publicações, foram proferidos ataques e palavras de ódio a adversários políticos, membros do STF e do poder Judiciário;
4. Assimilação e significação pessoal dos acontecimentos da realidade: embora haja aspectos em comum e partilhem das mesmas premissas, é visível como cada indivíduo é capaz de produzir sua própria versão da realidade. Mesmo diante dos mesmos acontecimentos, a opinião é determinada essencialmente pela capacidade e disposição que cada um tem em enxergar no fato aquilo que lhe convém.

7.3.2 Narrativa patriota

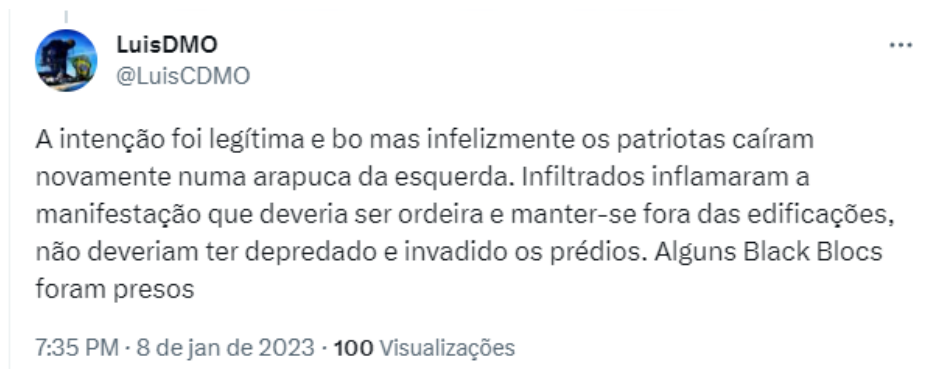
Em mais uma das versões verificadas nesta análise, destaca-se a narrativa patriota, que se caracteriza pela predominância de publicações que negam a autoria bolsonarista sobre os atos de violência. Aparentemente, não havia um consenso dentro da própria direita sobre a validação do uso de violência e depredação do patrimônio público: existiam alguns segmentos mais radicais – que não só reconheciam o protagonismo do grupo como apoiaram e justificaram as ações de vandalismo – mas também havia grupos menos radicais, que se recusaram a acreditar que seus semelhantes seriam capazes de protagonizar as cenas de destruição que tomaram as manchetes de todo o país. Ignorando completamente as provas concretas e os vestígios da realidade, a saída para estes indivíduos foi criar sua própria versão dos fatos, transferindo a culpa das ações desprezíveis àqueles que seriam capazes de cometê-las, seus adversários políticos. Segundo eles, haveria infiltrados da oposição nos atos – principalmente do Partido dos Trabalhadores – que teriam como objetivo fomentar o caos e promover a desordem para prejudicar os patriotas.

Figura 15 - Tweet 53



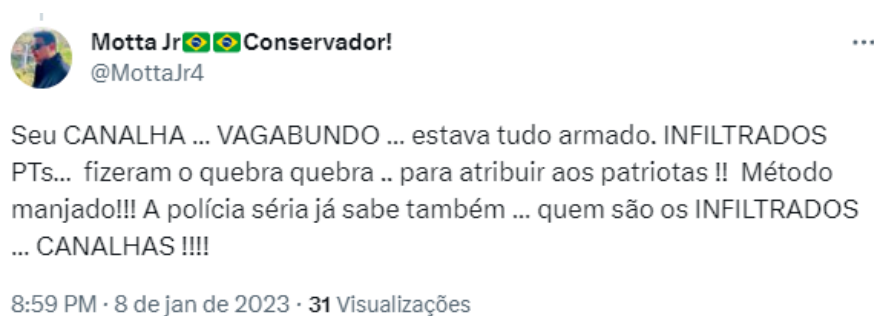
Fonte: <https://twitter.com/CristianeBort/status/1612237544648843266> Acesso em: 16 jun 2023

Figura 16 - Tweet 145



Fonte: <https://twitter.com/LuisCDMO/status/1612216502580559873> Acesso em: 16 jun 2023

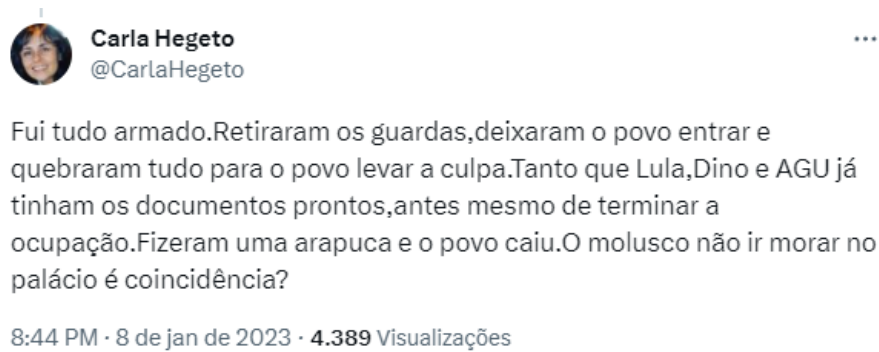
Figura 17 - Tweet 172



Fonte: <https://twitter.com/MottaJr4/status/1612237631219179527> Acesso em: 16 jun 2023

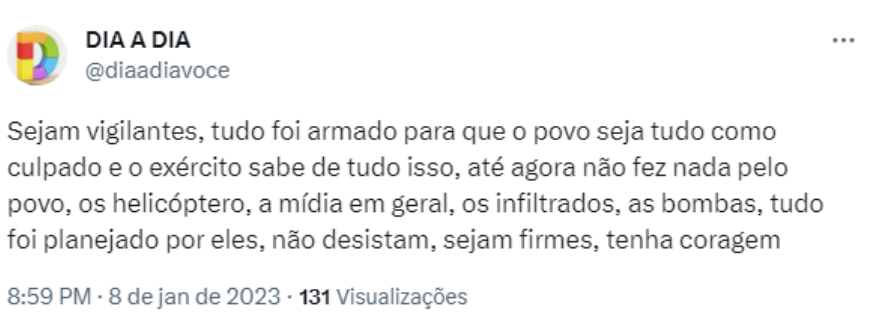
Algumas publicações ainda possuem um tom conspiratório, afirmando que houve uma armação por parte da esquerda para prejudicar a reputação e credibilidade das manifestações. Cria-se uma narrativa de perseguição, onde os grupos bolsonaristas são os responsáveis por resistir “contra tudo e todos”.

Figura 18 - Tweet 260



Fonte: <https://twitter.com/CarlaHegeto/status/1612233741912375296> Acesso em: 16 jun 2023

Figura 19 - Tweet 65



Fonte: <https://twitter.com/diaadiavoce/status/1612237503590793216> Acesso em: 16 jun 2023

Os indicadores observáveis nos tweets desta categoria são:

1. Negação dos fatos concretos: esta é a principal característica que define a narrativa desta categoria. Mesmo com todos os registros visuais, vídeos e provas concretas que testemunham a responsabilidade dos grupos bolsonaristas nas ações de violência, os indivíduos se recusam a enxergar a realidade e optam por criar versões alternativas que dispõe os acontecimentos como lhe convém.
2. Apelos emocionais sobrepondo a interpretação racional dos fatos: as publicações evidenciam que as crenças pessoais foram priorizadas em detrimento da interpretação fidedigna da realidade. Os apelos emocionais impediram que os indivíduos enxergassem as verdadeiras ações daqueles a quem chamavam de “patriotas”.
3. Compartilhamento de inverdades: a maioria das publicações capturadas nesta categoria continha a difusão de fatos sem comprovação verídica; o compartilhamento sem checagem e o hábito de endosso às cegas, principalmente entre as bolhas

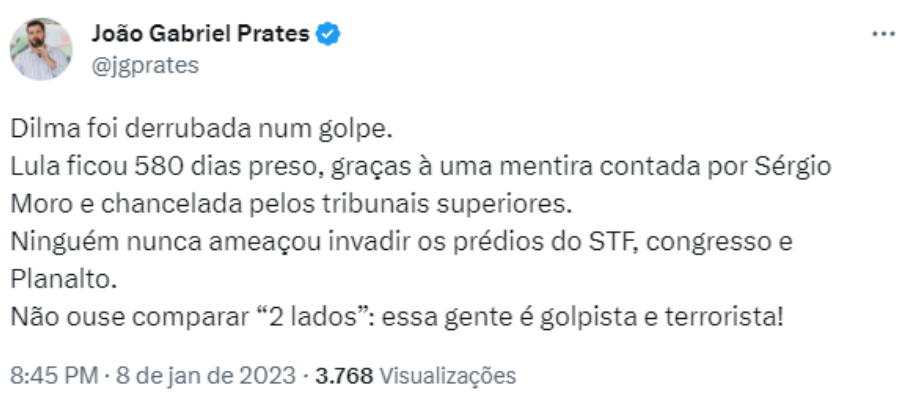
ideológicas da extrema-direita, proporcionou um terreno fértil para a propagação de fake news;

4. Criação de teorias da conspiração: ao negar a comprovada autoria dos grupos bolsonaristas nos atos de invasão e depredação do patrimônio público brasileiro e atribuí-las a supostos “infiltrados” da oposição, ficou evidente o tom conspiratório usado para fundamentar a versão alternativa aos fatos.

7.3.3. Narrativa da oposição

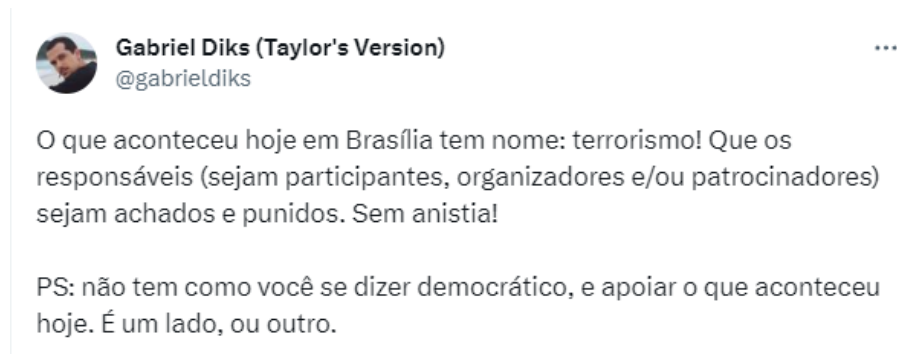
Nesta categoria é observada uma concentração de publicações que fizeram oposição e manifestaram completo repúdio à invasão bolsonarista de janeiro de 2023. Líderes do governo, figuras públicas, artistas e cidadãos comuns compõem o grupo heterogêneo que fez oposição às ações de violência presenciadas na capital do país. O tom das mensagens é quase sempre de indignação, cobrança e revolta; o que é justificado se observado o contexto dos tweets. A maioria das publicações neste caso, evidentemente, foi feita por usuários que defendiam um posicionamento à esquerda do espectro político.

Figura 20 - Tweet 119



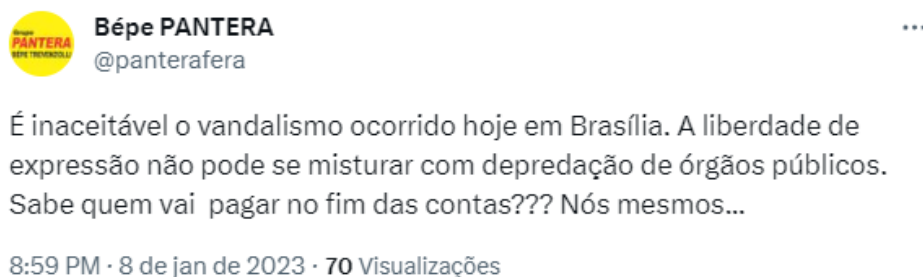
Fonte: <https://twitter.com/jgprates/status/1612234073270804481> Acesso em: 16 jun 2023

Figura 21 - Tweet 97



Fonte: <https://twitter.com/gabrieldiks/status/1612237684717793280> Acesso em: 16 jun 2023

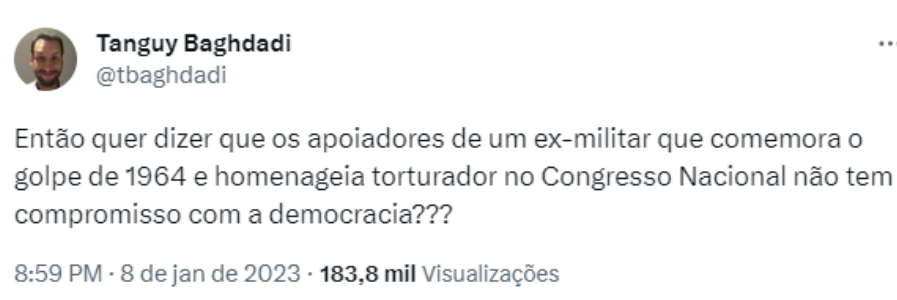
Figura 22 - Tweet 185



Fonte: <https://twitter.com/panterafera/status/1612237685782974464> Acesso em: 17 jun 2023

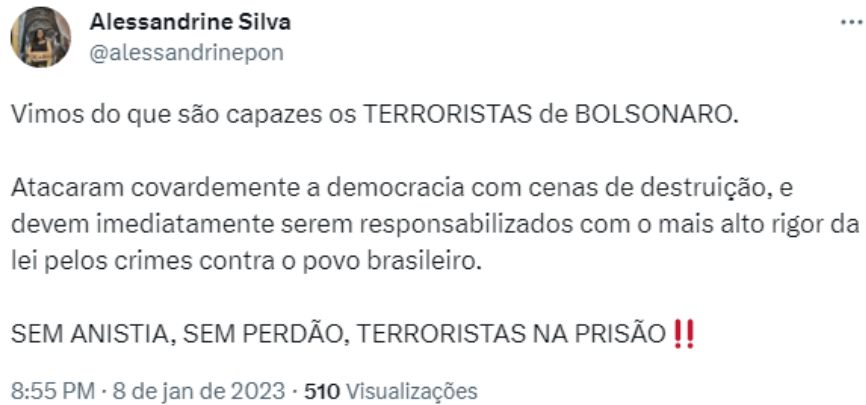
Ainda que todas estejam alinhadas ao discurso de oposição, é notória a diversidade de nuances das mensagens: há aqueles que cobram as autoridades para investigar os responsáveis por financiar e organizar os atos; outros que ironizam a negligência dos líderes do governo para com a situação; também há os que fazem comparações entre direita e esquerda e principalmente aqueles que tecem críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores.

Figura 23 - Tweet 237



Fonte: <https://twitter.com/tbaghdadi/status/1612237564160638976> Acesso em: 17 jun 2023

Figura 24 - Tweet 10



Fonte: <https://twitter.com/alessandrinepon/status/1612236620085825537> Acesso em: 17 jun 2023

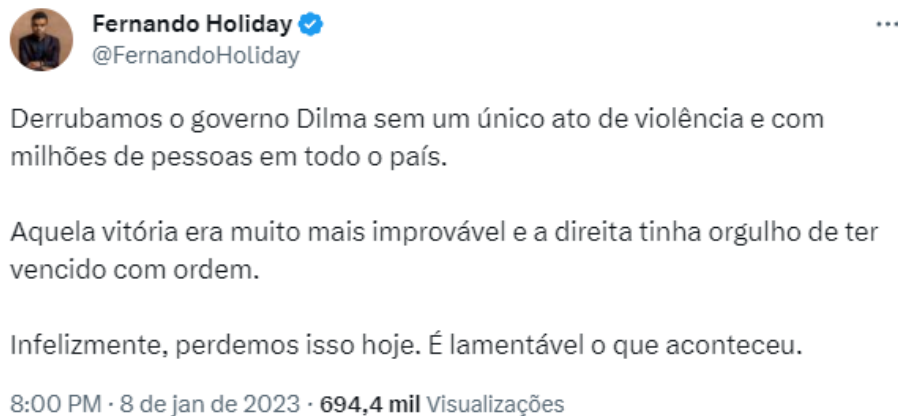
A análise dos indicadores presentes nas unidades de registro desta categoria é apresentada a seguir:

1. Aceitação dos fatos concretos: ao contrário das duas primeiras categorias, a narrativa de oposição é assentada na observação dos fatos concretos da realidade, ainda que disponha sobre eles os filtros ideológicos que possibilitam a interpretação e criação de um juízo de valor próprio em cima do ocorrido. Todas as publicações tecem suas opiniões com base naquilo que foi declarado como verdade factual, de modo que há uma base comum para as concordâncias ou discordâncias no diálogo.
2. Priorização da interpretação racional dos fatos, em detrimento da interpretação sentimental: ainda que haja sim uma camada de apelo emocional em cima das mensagens, torna-se evidente que o que prevalece nos discursos desta categoria é a disposição racional dos fatos. É importante ressaltar que priorizar a razão não significa que os discursos estão totalmente isentos de expressões afetivas, crenças pessoais e apelos emocionais; significa apenas que não são estes os aspectos determinantes e limitantes da interpretação dos fatos.
3. Polarização de sentimentos (direita x esquerda): nas unidades de registro aqui classificadas, é perceptível a polarização política dos discursos de direita e esquerda. A maioria das publicações, feita por usuários de esquerda, apresentava comparações para evidenciar a assimetria na forma de expressão e nos meios usados por cada grupo.

7.3.4 Narrativa dos contrariados

Nesta quarta e última narrativa identificada na pesquisa, há um posicionamento relativamente parecido com a narrativa de oposição – que manifestou ser contra as depredações e o uso de violência nos atos – com a diferença que, os usuários desta categoria pertencem ao mesmo espectro ideológico dos manifestantes, de forma que as publicações exprimem um sentimento de frustração e decepção com aliados políticos. Ainda que haja uma validação das motivações dos atos, o que gera discordância são os meios pelos quais os manifestantes escolheram passar sua mensagem, no caso, através da depredação, invasão e destruição dos prédios do Planalto, Congresso e STF.

Figura 25 - Tweet 91



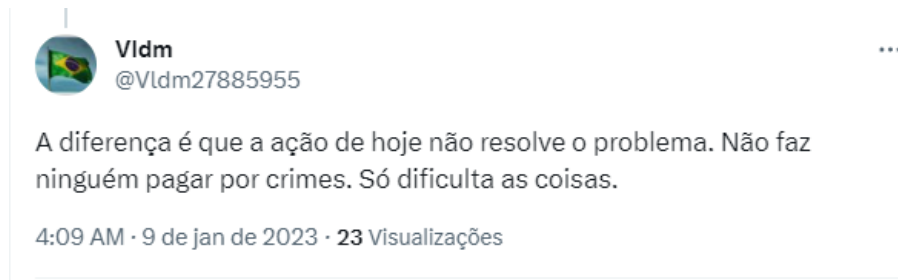
Fonte: <https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1612222706576986114> Acesso em: 17 jun 2023

Figura 26 - Tweet 34



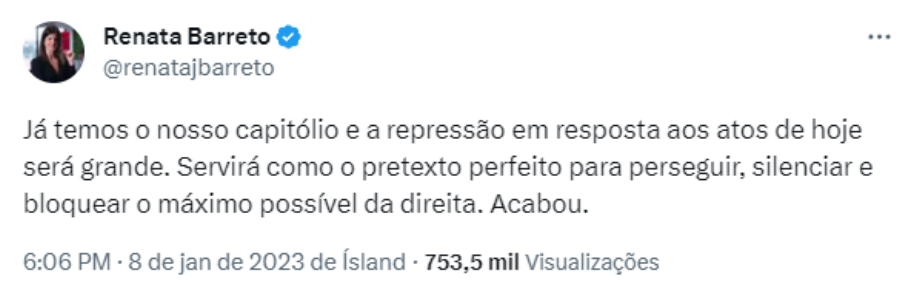
Fonte: <https://twitter.com/BrasilinaN/status/1612237270827913216> Acesso em: 17 jun 2023

Figura 27 - Tweet 252



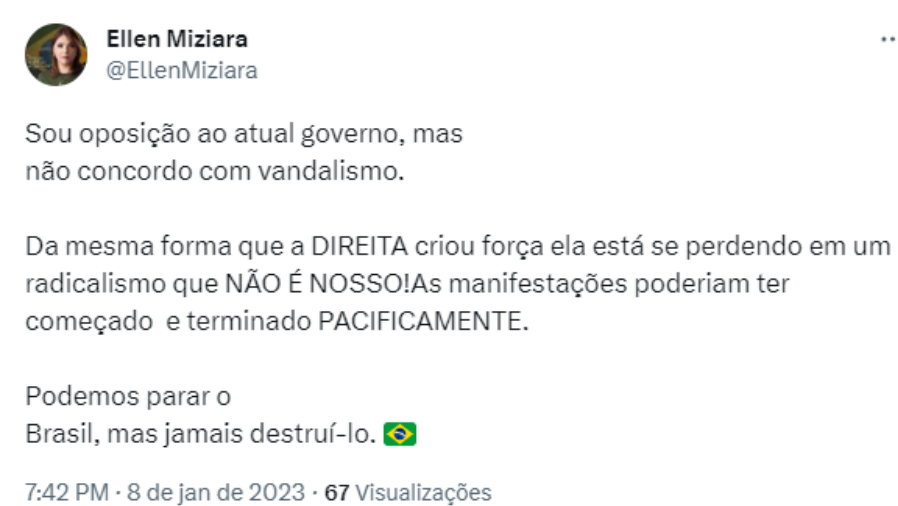
Fonte: <https://twitter.com/Vldm27885955/status/1612345771948474370> Acesso em: 17 jun 2023

Figura 28 - Tweet 207



Fonte: <https://twitter.com/renatajbarreto/status/1612194154125135874> Acesso em: 18 jun 2023

Figura 29 - Tweet 80



Fonte: <https://twitter.com/EllenMiziara/status/1612218170655531008> Acesso em: 18 jun 2023

Os índices que manifestam a comprovação – ou refutação das hipóteses– desta investigação para a presente categoria estão descritos abaixo:

1. Aceitação dos fatos concretos: assim como na narrativa de oposição, o que se tem na narrativa dos contrariados também é uma interpretação assentada na verdade factual.

Mesmo não concordando com as ações dos grupos bolsonaristas, há um reconhecimento de sua autoria e dos danos dos ataques ao regime democrático como um todo.

2. Priorização da interpretação racional dos fatos, em detrimento da interpretação sentimental: partindo da observação verídica dos acontecimentos da realidade, é possível fornecer as bases para a concordância ou discordância de opiniões. No caso, mesmo indo na contramão do posicionamento ideológico do grupo, houve quem se manifestasse contra o uso da violência justamente por priorizar uma perspectiva racional em vez das próprias crenças e inclinações afetivas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As opiniões são voláteis: transformam-se no ecossistema social a todo instante conforme são influenciadas pelas circunstâncias históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte, estudar o fenômeno da opinião pública na atual configuração dos ambientes midiáticos e digitais, passa pelo desafio de compreender os novos contornos assumidos pelo fenômeno opinativo diante de uma sociedade obesa de informação e vazia de significado e sentido (FARIAS, 2019).

Nessa perspectiva, este trabalho buscou explorar o panorama das tensões e disputas simbólicas que atravessam os processos de (des)construção da opinião pública nas redes sociais – terreno em que a formação da opinião se dá em meio ao embate dos fatos do cotidiano, fragmentados em versões e narrativas que estão em permanente controvérsia. Para tal, esta pesquisa analisou como as interações sociais realizadas por meio do Twitter constroem narrativas e atribuem significados distintos para um mesmo acontecimento político: a invasão de grupos bolsonaristas à sede dos Três Poderes em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023.

Diante dos objetivos estabelecidos no começo do processo investigativo e através da observação dos discursos produzidos com base nos acontecimentos políticos daquele dia, foi possível chegar em algumas conclusões, que respondem às hipóteses da pesquisa. A primeira delas diz respeito a natureza das interações realizadas no Twitter e como elas são responsáveis por criar um meio favorável a dissociação da realidade: a materialidade temporal dos conteúdos da rede, que são reproduzidos e viralizados em rápida velocidade, resulta em um processo comunicacional descentralizado, no qual abre-se espaço para conceber diferentes “verdades” de acordo com as inclinações pessoais de cada indivíduo. A instantaneidade e efemeridade das conversas, marca registrada do pássaro azul, portanto, cria condições propícias à fragmentação de narrativas.

A segunda conclusão, que atende ao objetivo de observar sob o prisma sociológico às dinâmicas discursivas e relacionais do Twitter, permitiu depreender a reprodução de fenômenos observados na esfera pública tradicional nos novos ambientes comunicacionais digitais. Entre esses fenômenos, destaca-se a formação de blocos opinativos e bolhas ideológicas: em um lógica assentada no “pensar junto, viver junto, dizer junto” (FARIAS, 2019), os usuários consomem conteúdos modelados e entregues de acordo com seus próprios interesses e afinidades, de forma que se limitam à visões de mundo semelhantes às suas e se tornam cada vez mais intolerantes ao Outro. Esse fenômeno da polarização, embora date

tempos anteriores às tecnologias de informação, alcançou por meio destas um outro patamar de influência. As redes de inteligência artificial, através de uma lógica algorítmica, sob o pretexto da ultra personalização, não só oferecem um conjunto de recomendações de conteúdo, mas são as responsáveis por tomar a decisão sobre qual informação será consumida e qual será ignorada, de forma que a modulação da opinião pública no ambiente digital é determinada quase integralmente pelo controle da visualização das informações.

Como resultado dos aspectos apresentados até então, foi possível chegar à terceira conclusão desta tese, que entende o Twitter como um ambiente altamente suscetível ao *blind endorsement* e propagação de fake-news. O volume de dados e a velocidade de sua reprodução – que vai além da capacidade de absorção do ser-humano – cria uma cultura de informação em pílulas, onde estas são compartilhadas de forma superficial entre semelhantes, sem a predisposição à crítica. Esta conjuntura, que decorre, segundo Lippmann (2008) tanto da falta de apetite informacional quanto da falta de interesse ou motivação de verificar as fontes e dados recebidos, dá origem a um processo de incontinência enunciativa, principal propulsor da proliferação de notícias falsas.

A quarta e última conclusão sintetiza as contribuições desta pesquisa ao afirmar que a análise das múltiplas narrativas criadas a partir dos acontecimentos políticos do dia 08 de janeiro pode ser essencialmente fundamentada no conceito de pós-verdade, no qual a propagação de informações falsas não está exclusivamente ligada a sua veracidade ou a checagem dos fatos, mas sim a sua adequação às crenças e valores de cada sujeito. As narrativas bolsonaristas, nesse contexto, caracterizam-se pela quebra do valor associado à verdade factual, onde os saberes legitimados pela ciências e por aparatos institucionais valem menos do que os critérios subjetivos do grupo, que tende a admitir como verdade as informações que reforçam discursivamente sua posição ideológica.

Sendo assim, como foi possível observar pelos tweets analisados, os acontecimentos não têm um sentido em si mesmos: eles remetem a uma série de outros elementos subjetivos dos usuários que conduzem a significação. Esse conjunto de condições de produção de sentido, por sua vez, legitimam posturas ideológicas de interpretação, servindo de fio condutor para a criação de narrativas alternativas aos fatos da realidade, como as que afirmam uma fraude eleitoral no pleito de 2022 ou a organização de um sistemático boicote às manifestações bolsonaristas através de infiltrados do Partido dos Trabalhadores. Nesses casos, adotar a realidade como referência se torna menos importante do que criar uma realidade particular, na qual existe apenas uma possibilidade de interpretação, porque o acontecimento não existe fora deste contingente ideológico, onde não há espaço para dúvida.

Em tempos de guerras de narrativas, o embate entre diferentes versões da realidade corrobora a permanente disputa pelo domínio político e moral da sociedade brasileira. Mais do que nunca, é preciso resgatar Arendt, quando diz que “fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio” (ARENDT, 2009, p. 295). Isso significa que interpretações diferentes de um mesmo acontecimento foram e continuarão a ser comuns na história da humanidade – o que não se pode admitir é arrogar o direito de criar a própria realidade factual.

Quando a verdade se torna subjetiva e a desinformação é disseminada impunemente, as bases sobre as quais as sociedades democráticas foram construídas começam a ruir. A confiança nos líderes políticos, nas instituições e em nossos semelhantes é minada, abrindo espaço para a polarização, a desunião e o enfraquecimento dos princípios democráticos. A partir do momento em que acreditar em qualquer coisa se torna tão perigoso quanto não acreditar em nada, o tecido social começa a desfazer-se e o caos emerge como soberano. Por isso, é importante reafirmar que a guerra de narrativas não é um jogo sem consequências: ela molda a percepção coletiva, direciona o curso dos eventos e pode determinar o destino de uma nação. Como cidadãos, é nosso dever lembrar que, em um mundo onde a verdade se torna incerta, a própria democracia está em jogo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marcelo Santos; PINHO, José Antonio Gomes de. **Eleições Parlamentares no Brasil: O Uso do Twitter na Busca por Votos**. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 22, n. 04, p. 466-486, Agosto. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/R9fZC87tjCyQJ8hb7jKpzmz/?lang=pt>> Acesso em: 11 jun de 2023.
- Apoiadores de Trump invadem Congresso dos EUA. **G1**. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/06/manifestantes-pro-trump-invadem-congresso-o-americano.ghtml>>. Acesso em: 12 jun 2023.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1983. p. 62.
- Atos terroristas: os 11 pontos para entender tudo desde o 8 de janeiro. **EXAME**. 2023. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/atos-terroristas-os-11-pontos-para-entender-tudo-desde-o-8-de-janeiro/>>. Acesso em: 12 jun 2023.
- BALDAIA, Fábio Peixoto Bastos; ARAÚJO, Tiago Medeiros; ARAÚJO, Sinval Silva de. **O Bolsonaroismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa**. XVII Encontro de Estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador, Bahia, 2021. Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132106.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2023
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BAVARESCO, A.; KONZEN, P. **Cenários da liberdade de imprensa e opinião pública em Hegel**. In: Kriterion, n. 119. Belo Horizonte: [S/ed], 2009. p. 65.
- BERGER, G.et al. **L'opinion publique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- BICHARA, Marina. **Uso do Twitter em campanhas eleitorais: um estudo de caso**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28842/Marina%20Bichara_Aprovada_V3.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 jun 2023.
- BIMBER, B. **The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism**. Polity, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 133-160, set. 1998. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.2307/3235370>.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 842.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRAUN, Daniele. **Brasil tem a quarta maior base de usuários do Twitter no mundo**. **Valor Investe**. 2022. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2022/04/25/br>

asil-tem-a-quarta-maior-base-de-usuarios-do-twitter-no-mundo.ghml>. Acesso em: 17 jun 2023.

CASTELLS, Manuel. **The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance.** The annals of the american academy of political and social science. Nova York: n. 616, 2008.

CATTO, Camilo. **Persuasão, manipulação e opinião pública: dos clássicos às críticas.** Cadernos da Escola de Comunicação. Curitiba, v.1, n.6, p.1-9, 2008.

Cerca de 80 ônibus chegam a Brasília para ato anti-Lula. **Poder 360.** 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/cerca-de-80-onibus-chegam-a-brasilia-para-ato-anti-lula/>>. Acesso em: 10 jun 2023.

CERVELLINI, Sílvia; FIGUEIREDO, Rubens. **Contribuições para o conceito de opinião pública.** Opinião Pública, Campinas, v. III, nº 3, p. 171-185, dez. 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cevellini.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião pública e política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia.** 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/02/URIZZI_2006.pdf. Acesso em: 25 mai 2023.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. **O uso do Twitter nas eleições de 2010: o microblog nas campanhas dos principais candidatos ao governo do Paraná.** Contemporânea | Revista de comunicação e cultura. Bahia, v. 09, n. 02, p. 319-333, Agosto. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5083>>. Acesso em: 02 jun 2023.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** 2. ed. Trad. de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. **A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador.** In: Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas. (Org.). Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 115-143.

CRUZ, Matheus. **Da esfera pública ao net-ativismo: as formas de participação em rede dos anonymous.** Tecnoativismos: Assimetrias, Desigualdades, Vulnerabilidades do Encontro. XIII Simpósio Nacional da ABCiber. 2020. Disponível em <<file:///C:/Users/Karito/Downloads/1413-4150-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 mai 2023.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo.** São Paulo: Paulus Editora, 2017.

Em viagem aos EUA, ex-ministro de Bolsonaro é exonerado da segurança do DF. **UOL,** 2023. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2023/01/08/ex-ministro-da-justica-de-bolsonaro-seguranca-do-df-nos-eua-anderson-torres.htm>>. Acesso em: 12 jun 2023.

FAGUNDES, Maria Clara Marques. FREIRE, Neyson Pinheiro. GALHARDI, Cláudia Pereira. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Fato ou Fake?** Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* 25 (suppl 2). 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jun 2023.

FARIAS, Luiz-Alberto de. **Opiniões Voláteis:** opinião pública e construção de sentido. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo. 2019

FERREIRA, Fernanda Vasques. **Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação.** Em *Debate*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 50-68, 2015. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7-Janeiro-15-OPINIAO-Fernanda-Vasques-Ferreira-H-A.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2023.

FIGUEIRAS, R. **A mediatização da política na era das redes sociais.** Lisboa: Alêtheia, 2017.

FUKS, Mario. MARQUES, Pedro Henrique. **Contexto e voto:** o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. Minas Gerais. *Revista Opinião Pública*, Vol. 26, nº 3, 2020. Disponível em: <<https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniaopublica/artigo/669>>. Acesso em: 06 jun 2023.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution:** how the infosphere is reshaping human reality. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FREIRE, Alan Eugênio Dantas. **Linguagem e identidade no Twitter:** a pós-modernidade em 140 caracteres. Natal: UFRN, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT31/alanfreire_shXIX_anais.pdf>. Acesso em: 02 jun 2023.

FUX, Luiz. **O direito de reunião na Constituição Federal de 1988.** In: Brasil. Supremo Tribunal Federal. *A Constituição de 1988 na visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.* Edição comemorativa. Brasília: Secretaria de documentação, 2013. P. 169-192. Disponível em: . Acesso em: 14 jun 2023.

GARTON, Laura, HAYTHORNTHWAITE, Caroline. WELLMAN, Barry. **Studying Online Social Networks.** *Journal of Computer-Mediated Communication*, 3(1). 1997.

GILLESPIE, Tarleton. **A relevância dos algoritmos.** *Parágrafo*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, mar-abr, 1995. p. 57-63.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108

GOYA, Denise. FIACADORI, Giuliana. SANTOS, Patrícia Dias dos. **A polarização ideológica no twitter:** um estudo sobre as redes de retweets durante as eleições presidenciais de 2018. VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA). Universidade de Brasília (UnB). 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p.27.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Imprensa internacional repercute atos golpistas no Brasil: "extremistas". **Brasil de fato.** 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/08/imprensa-internacional-repercute-atos-golpistas-no-brasil-extremistas>>. Acesso em: 12 jun 2023.

Invasão ao Congresso: entenda o fato que marcou a história do país. **Politize.** 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/invasao-ao-congresso/>>. Acesso em: 10 jun 2023.

KINGSTONE, Peter; POWER, Timothy. **Democratic Brazil divided.** University of Petersburg Press, 2017.

KLEINA, N. **A história do Twitter,** a rede social de 140 caracteres. Disponível em:<<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/120893-historia-twitter-rede-social-140-caracteres-video.htm>> . Acesso em: 04 jun 2023.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LANE, Robert. **A opinião pública.** Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 198.

LAZARFELD, Paul F. **A opinião pública e a tradição clássica.** In: STEINBERG, Charles S. (org). Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Cultrix, 1972.

LÉVY, Pierre. **A esfera pública do século XXI.** In: DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (Org.). Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura:** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

Leituras sobre os atentados golpistas de 8 de janeiro. **NEV-USP.** 2023. Disponível em:<<https://nev.prp.usp.br/noticias/30-1-23-leituras-sobre-os-atentados-golpistas-de-8-de-janeiro/>>. Acesso em: 14 jun 2023.

Liberdade de Imprensa X Liberdade de Expressão. **TJDFT.** 2021. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/liberdade-de-imprensa-x-liberdade-de-expressao>>. Acesso em: 14 jun 2023.

Líderes mundiais condenam de forma unânime os atos criminosos contra a democracia. **CNN.** 2023. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lideres-mundiais-condenam-de-forma-unanime-os-atos-criminosos-contra-a-democracia/>>. Acesso em: 12 jun 2023.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008 (edição original de 1992).

Lula vence o segundo turno e volta para o terceiro mandato de presidente. **G1**. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/lula-vence-o-segundo-turno-e-volta-para-o-terceiro-mandato-de-presidente.ghtml>>. Acesso em: 10 jun 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida.; AQUINO, Jackson Alves de. **Representação parlamentar no Twitter: uma abordagem quantitativa**. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20990>>. Acesso em: 02 jun 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida.; AQUINO, Jackson Alves de. MIOLA, Edna. **Parlamentares, representação política e redes sociais digitais**. Opinião Pública, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 178-203, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/FwKK5gtccVg97DBbDZJXnYH/?lang=pt>>. Acesso em: 28 mai 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. **Estratégias de comunicação política online: uma análise do perfil de José Serra no Twitter**. Contemporânea | Revista de comunicação e cultura. Bahia, v. 09, n. 03, p. 344-369, Setembro. 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5663>> Acesso em: 02 jun 2023.

MATHEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, Jackson da Silva. **Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política**. Transinformação, v. 25, n. 1, p. 27-33, 2013. DOI: 10.1590/S0103-37862013000100003 Acesso em: 19 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministro Alexandre de Moraes afasta Ibaneis Rocha do governo do DF. **Supremo Tribunal Federal**. 2023. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=500254&ori=1#:~:text=Ministro%20Alexandre%20de%20Moraes%20afasta,democracia%20e%20as%20instituicoes%20brasileiras>>. Acesso em: 12 jun 2023.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2013.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism**. Cambridge University Press, 2019.

O Papa é o líder mais influente do Twitter. Estadão. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/papa-e-o-lider-mais-influente-do-twitter-imp-/>>. Acesso em: 05 jun 2023.

O'REILLY, Tim e MILSTEIN, Sarah. **Desvendando o Twitter.** São Paulo: Ed. Digerati Books, 2009.

POZOBON, R. **Opinião Pública na cultura da convergência.** In: Cultura Midiática. Ano 3, n. 2, Paraíba; [s/ed], 2010.

RAMALDES, Dalva. **Twitosfera:** a expansão da agora digital e seus efeitos no universo político. Trabalho apresentado no III Congresso Compolítica (PUC-SP). São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/artigo/twitosfera-a-expansao-daagora-digital-e-seus-efeitos-no-u-niverso-politico/>>. Acessado em: 05 jun 2023.

Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. Resultados Digitais, 2023. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 03 jun 2023.

RECUERO, Raquel. **O twitter como esfera pública:** como foram descritos os candidatos durante os debates presidenciais do 2º turno de 2014? Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 16, n.01, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v16n1/1984-6398-rbla-16-01-00157.pdf>> Acesso em: 08 jun 2023.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

RECUERO, Raquel. ZAGO, Gabriela. **“RT, por favor!”:** considerações sobre a difusão de informações no Twitter. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Agosto/2010 – 69-81.

ROSSETO, Graça; CARREIRO, Rodrigo; ALMADA, Maria Paula. **Twitter e comunicação política:** limites e possibilidades. Revista Compolítica, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 189-216, Julho/Dezembro. 2013. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/49>>. Acesso em: 08 jun 2023.

ROSSINI, Patrícia G. da C.; LEAL, Paulo R. F. **Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais:** o comportamento do eleitor no Twitter nas Eleições 2010. Revista Compolítica, Rio de Janeiro v. 3, n. 1, p. 7-28, Maio. 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/36>>. Acesso em: 6 jun 2023.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Oeuvres complètes.** Paris: Gallimard, 1969. p.67.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais:** a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010. p. 59.

SIEBERT, Silvana; PEREIRA, Israel Vieira. **A pós-verdade como acontecimento discursivo.** Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.

SILVEIRA, Sergio A. **Democracia e os códigos invisíveis**. São Paulo: Edições SESC, 2019. E-book/Epub.

SOARES, Felipe Bonow; RECUERO, Raquel. **Opinião pública no Twitter: análise da indicação de Alexandre de Moraes ao STF**. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 20-21, 2017.

SOON, C.; KLUVER, R. **Uniting political bloggers in diversity**: Collective identity and web activism. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 19, n. 3, 2014, p. 500-515.

SPEIER, Hans. **O desenvolvimento histórico da opinião pública**. In: STEINBERG, Charles S. (org). Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Cultrix, 1972.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e a Multidão**. Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária: Lisboa, 1991.

TEIXEIRA, Carlos G. P. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. Editora Unesp, 2010.

TEIXEIRA, Carlos G. P. **Porque a extrema direita cresce no mundo, segundo este estudioso**. Nexo Jornal, setembro, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-crescenomundo-segundo-este-estudioso>>. Acesso em: 10 jun 2023.

TERRA, Carolina Frazon; DE SOUSA, Gisela Maria Santos Ferreira. **Opinião pública em tempos de mídias sociais: midiaticização, comunicação desintermediada m memes**. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 13., 2019, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2019.

Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília. **G1**. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.gh tml>>; Acesso em: 12 jun 2023.

VIEIRA, Ariane de Oliveira. **A “nova” direita brasileira: um estudo do mercado político no pós-impeachment**. São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15465/Tese_Aiane%20Vieira_dep%c3% b3sito.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun 2023.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. **Pós-verdade, fake news e outras drogas: vivendo em tempos de informação tóxica**. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 8–27, 2020. DOI: 10.21728/logcion.2020v7n1.p8-27. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5427>. Acesso em: 19 mai. 2023.

WRIGHT, Johnson Kent. **Public opinion**. In: DEWALD, Jonathan (Ed.). Europe 1450 to 1789: encyclopedia of the early modern world. Nova Iorque: Thomson/Gale, 2004. Vol 5. p. 106.

ZOTELLE, Rodolpho S. **A liberdade de expressão não pode ser confundida com o terrorismo**. Serra, 2019. Disponível em:

<<https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3160/1/A%20LIBERDADE%20DE%20EXPRESS%C3%83O%20N%C3%83O%20PODE%20SER%20CONFUNDIDA%20COM%20O%20TERRORISMO%20-%20PDF.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2023.

APÊNDICES

[Amostra - Análise de Conteúdo*](#)